

EM TEMPO:

Nº 249

FEVEREIRO 1990

Cr\$ 150,00

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

A guerra de todos os impérios

Especial: DS convoca
2ª Conferência

SOCIALISMO: Lula/José Dirceu/João Machado/ Ronald Rocha

Barbárie e Socialismo

A guerra imperial movida pelas potências capitalistas contra o ditador do Iraque expõe os perigos que rondam a humanidade. Põe a nu a agressividade bélica dos EUA, empenhados em compensar pela força das armas o seu declínio econômico. Mostra o poderio devastador da indústria das armas. Evidencia que a nova ordem mundial pretende se assentar sobre os escombros do Terceiro Mundo.

Por detrás da chocante parcialidade, controle e censura da mídia, Isaac Akcelrud desvenda os interesses estratégicos envolvidos nesta guerra. Além do posicionamento do PT, expomos as iniciativas deste que é o terceiro personagem esquecido da guerra: o movimento pacifista internacional.

Fatos da barbárie mas também do socialismo. A maior parte das páginas desta edição é dedicada ao 1º Congresso do PT: as entrevistas de Lula, José Dirceu e os artigos de Ronald Rocha, João Machado e Juarez Guimarães.

A análise do 2º Plano Collor, máxima expressão da crise que abala o governo, completa o temário desta edição que, com um pequeno atraso, abre o ano aos sons de bombardeios, pacotes e a construção de nossa utopia. O socialismo - esquecem os que proclamam seu fim - é antes de tudo a crítica da ordem existente.

Nunca tivemos tantas razões para lutar.

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de assinatura é:
() Normal Cr\$ 1.500,00 () Apoio Cr\$ 3.000,00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Cep: _____
Estado: _____ Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinalado para:
Rua Artur de Azevedo, 556 CEP 05.404 - São Paulo - SP

Índice :

- 3 ▶ Plano Collor II : Na vertigem da crise
- 5 ▶ Oriente Médio : As razões dos Senhores da guerra
As mãos livres da barbárie
Uma chance para a paz
- 11 ▶ Manifesto: Tendência Democracia Socialista
convoca sua 2ª Conferência Nacional
- 15 ▶ Socialismo: Sete teses contra o neoliberalismo
- 18 ▶ Debate: As fábulas da modernidade
- 20 ▶ Entrevista: José Dirceu: Os novos caminhos da
esperança
- 22 ▶ Debate: Democratizar o Estado ou iludir o povo?
- 24 ▶ Entrevista: Lula: "O PT derrubou o Muro em 1980"

Os nossos

“Morre-se na luta mas a luta não morre”, estava escrito na faixa que acompanhava o enterro dos companheiros Zé Marques e Zuleide, dois sindicalistas paraibanos. Ele era diretor do Sindicato dos Professores da Escola Técnica Federal e ela, diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba.

Eles faleceram no dia 28 de novembro do ano passado, vítimas de um acidente de carro quando acompanhavam uma greve dos professores da cidade de Patos, contra o atraso do pagamento de seus salários. Haviam passado o dia e a noite anteriores ao acidente cercados pela polícia, junto com os professores que tinham ocupado a coletoria estadual para receberem seus contracheques. O companheiro Zenito - coordenador geral do SINTEP - foi o único sobrevivente do acidente.

Zé Marques era membro da executiva regional do PT e militante da tendência Democracia Socialista. Zuleide, também militante do PT, era ativista do Centro da Mulher 8 de Março.

O enterro foi acompanhado por milhares de pessoas que cantavam a Internacional, rezavam, portavam bandeiras do PT, da CUT e emblemas religiosos. Falando em nome de todas as entidades e partidos presentes, o deputado do PT, Chico Lopes afirmou que “Zé Marques e Zuleide serão símbolos da luta de todos aqueles que não compactuam com o estado de miséria em que vive a classe trabalhadora no Brasil.” □

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da
Tendência Democracia Socialista
do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jornalista Resp.: Celia Regina de Souza
Reg. MTb nº 18663DRT/SP

Diagramação: Adelaide Joia

Editoração: Alvaro Alencar

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 - Pinheiros - São Paulo - CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642 / Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20.031

Na vertigem da crise

Eduardo Albuquerque

O Plano Collor I foi capaz de criar uma recessão dura na economia brasileira (segundo as estimativas, até agora divulgadas, o PIB recuou 4,5% em 1990). Mas foi incapaz de sustentar uma inflação baixa: a aceleração inflacionária era evidente desde agosto do ano passado e em janeiro a marca de 21% foi atingida. Ao mesmo tempo, há uma progressiva perda da própria capacidade de execução da política econômica: sabe-se que há cerca de duas semanas o Banco Central não vinha conseguindo vender os seus títulos no mercado (e o chamado aperto na liquidez foi um elemento essencial da reforma monetária do Plano I e de toda política de juros altos praticada durante todo o segundo semestre de 1990).

O neoliberalismo collarido conseguiu unir o pior de dois mundos: a recessão à inflação. Um fracasso de alto custo social. É bom lembrar que uma inflação de 14,36% determinou a edição do Plano Cruzado e uma outra de 26,06%, o Plano Bresser.

A dimensão deste fracasso não pode ser subestimada: o monumental investimento realizado no Plano Collor I (vide **EM TEMPO 03/90**), a abrangência de suas medidas.

Esse fracasso do Plano Collor I não pode ser isolado da dinâmica política de seu governo, pois a sua performance econômica era essencial para a conquista e manutenção de sua credibilidade e também de seu apoio popular. À medida que o Plano ia fazendo água, os problemas políticos iam se avolumando. O resultado eleitoral contraditório (seguramente não era o resultado dos sonhos de Collor, pois possibilitou o surgimento de uma dinâmica mais intensa de disputas inter-burgueses), as derrotas sofridas no Congresso (em especial as relacionadas à política salarial), a posição do Supremo Tribunal Federal sobre a reedição de medidas provisórias, são questões que indicavam um crescente isolamento político do executivo federal.

Final, como justificar a inexistência de qualquer política de reajuste de salários com uma inflação de 21% ao mês? Algo precisava ser feito para contornar a situação cada vez mais adversa: aí está a origem do Plano Collor II. Um plano **defensivo**, uma **tentativa de retomada do controle da situação econômica** e uma **nova alteração nas condições de luta para o movimento sindical**.

A principal medida do Plano Collor II lança luz sobre as suas pretensões. É a chamada "trégua" de salários e preços. Na verdade, depois de realizar mais um ataque aos salários e permitir um substancial avanço nos preços... o governo nos impõe a tal "trégua".

O ataque aos salários é feito por uma velha conhecida do movimento sindical: o reajuste dos salários pela média. Esse método **consolida as perdas passadas** (tomando por referência a média - já baixa - de 1989. No ano passado houve uma perda de 11%, segundo o DIEESE). Essas perdas consolidadas devem ser mantidas, pela nova política salarial, até julho, quando haveria uma negociação. Neste período, a retomada da inflação **acrescentará perdas aos salários**, pois a política salarial pretende impedir qualquer "livre negociação"... antes de julho.

Há ainda todas as repercussões inflacionárias do "tarifaço" decretado pelo governo (que por si só já impõem uma inflação de 5%).

A desindexação da economia

Em alguns documentos, o Plano Collor II é apresentado como uma "reforma no sistema financeiro" que estaria "completando" as várias reformas encaminhadas pelo governo.

A principal medida é a "desindexação" da economia, com a extinção da BTN, da BTN, etc. Para os fins do combate à inflação, a desindexação contribuiria para a quebra da inércia inflacionária. No entanto, é criada uma "taxa referencial de juros" (TRJ), que será calculada a partir das taxas de juros praticadas pelos bancos. A pergunta que aparece aqui é sobre qual a relação entre a futura inflação e essa nova taxa. Duas possibilidades extremas são consideradas. Em uma, a TRJ chega a substituir a BTN, passando a expressar a inflação, ocorrendo uma reindexação da economia. Em outra, ficando a TRJ abaixo da inflação, ocorreria a explosão do dólar, do ouro, das bolsas.

Os primeiros sinais (na segundo e na terça-feira pós-pacote)



foram na linha da explosão das bolsas e de uma tendência à subida tanto do dólar quando do ouro, só evitadas à custa de uma grande intervenção do Banco Central (que havia se preparado para tanto, reforçando suas reservas de dólar e ouro nos dias que antecederam a decretação do pacote).

Para evitar uma fuga da poupança, o governo tenderá a aproximar a TRJ da inflação.

Uma outra questão trata da definição da TRJ a partir do próprio mercado. No caso, é sabido o quão especulativo é o sistema financeiro nacional e as diferenças brutais em relação ao existente nos países capitalistas centrais: apesar disso, o modelo para a TRJ é a taxa de juros americana (PRIME) e a inglesa (LIBOR). Pode significar que o governo perde um instrumento da política monetária importante.

A substituição do "over"

O fim do "overnight", mudanças no mercado de capitais, a criação de "Fundos de Aplicação Financeira", são anunciados pelo governo como elementos da chamada reforma financeira. As metas são ambiciosas, no papel. É citado o objetivo de mudar o padrão de financiamento do desenvolvimento, a ponto de compreender o desenvolvimento do mercado de capitais como algo "alternativo ao modelo de endividamento interno e externo", que impulsionou a economia brasileira.

No mercado de capitais, há um conjunto de medidas (um novo plano diretor), onde se destaca a insistência na abertura de espaço para a atuação do capital estrangeiro nas bolsas.

Quanto aos Fundos de Aplicação Financeira, tornar-se-iam a alternativa para os investidores, e de seus recursos sairiam investimentos no "Fundo de Desenvolvimento Social" (2% do total) e no "Fundo de Desenvolvimento Econômico" (10% do total). A meta seria comprometer o sistema com o financiamento do desenvolvimento industrial e o social, tentando superar uma incapacidade histórica do sistema financeiro nacional.

A grande dúvida é sobre a viabilidade disso: quem se interessa em manter um fundo que capta no curto prazo e investe no longo, com todas as incertezas que isso significa aqui no Brasil. O montante global não seria significativo, e menos significativo ainda o que seria destinado a investimento.

Abertura de Importações

As medidas tomadas com relação à política tarifária, ao ritmo

O fracasso do Plano Collor não pode ser isolado da dinâmica política do governo: a sua performance era essencial para a conquista e manutenção de sua credibilidade.

de abertura do mercado são uma continuidade da ação anterior do governo, sendo vistas como um elemento do "combate à inflação" que utilizaria o preço menor das mercadorias importadas para pressionar quedas nos preços nacionais. É necessário ter em mente as conseqüências desta política sobre a economia como um todo. A multinacional Parker fechou a sua unidade brasileira (é mais lucrativo importar do que produzir aqui). Já a Itautec planeja fechar a sua unidade de leituras óticas (quer passar a ser uma representante comercial de uma produtora estrangeira). Ou impactos sobre a indústria nacional de bens de capital, que viu diminuir as encomendas no ano de 1990 enquanto crescia o volume destes bens importados.

A contenção de recursos públicos, ao tornar indisponível 90% do orçamento, tem um duplo papel. Por um lado, contribui para a persistente opção recessiva da política governamental (o secretário Kandir declarou que "...a idéia é manter a atividade econômica baixa, até mesmo reduzi-la um pouco"). Por outro



lado, amplia o controle do executivo federal sobre a movimentação de verbas públicas, uma atitude de uma vocação clientelista evidente.

Significado Global

Numa avaliação geral, pode ser apontado que: 1) é um pacote para dar tempo, fôlego, ao governo federal e à sua política econômica; 2) traz um ataque aos salários, um dos principais elementos da viabilização do fôlego para a política econômica; 3) as mudanças acrescentam incertezas e insegurança no ritmo da economia, o que sempre se expressa em uma certa redução das atividades econômicas (por sinal, uma das metas dos autores do plano); 4) sua abrangência é muito menor que o Plano I, as dúvidas sobre sua possibilidade de sucesso são bem maiores do que as do plano anterior; 5) seu caráter provisório é nítido. 6) a solidez do apoio, da coesão entre as classes dominantes é bem menor que no anterior e, 7) a descrença, desconfiança, ceticismo e falta de apoio popular são muito maiores agora.

Inflação e crise

A presença da inflação no Brasil é uma constante nas últimas três décadas. Uma das razões anunciadas do golpe de 1964 foi uma elevada inflação: 81% em 1963. Ao lado dessa permanência, tem demonstrado uma capacidade de "resistência" a toda sorte de planos armados contra ela e, uma tendência à aceleração também permanente.

Podem ser identificados pelo menos cinco patamares distintos, na escalada inflacionária das últimas décadas: a) de 1969 a 1973: níveis inferiores a 20%, b) de 1973 a 1979: salta a 33,8 e chega a 53,9%, c) de 1980 a 1983: pula a 100,2 e atinge 154,5%, d) de 1984 a 1987: vai de 220,6 até 228,7% e, e) em 1988 passa a 1037%, em 1989 chega a 1782,9 e em 1990 crava

1393,99%

Essa resistência da inflação aos variados tratamentos ministrados traz um juízo sobre eles: nunca atingiram as raízes estruturais da dinâmica inflacionária. Collor não é o primeiro a desperdiçar balas em alvos errados...

A persistência da crise econômica, os impasses não solucionados do esgotamento do padrão de acumulação de capital no país, acrescentam problemas e intensificam a ação de componentes estruturais da dinâmica inflacionária. A constatação disso é fácil a partir da justaposição dos dados da crise (estagnação da economia, queda dos investimentos, etc) com os saltos da inflação.

Um exemplo vem da crise de moradias: evidentemente ela é decorrente tanto da continuidade do crescimento da população brasileira (que durante a década perdida de 80 acrescentou 36 milhões de habitantes), como da estagnação dos investimentos na área de habitação. A procura por moradias cresce e seguramente contribui para pressionar o preço das que existem, elevar os aluguéis, etc.

Exemplos como esses poderiam ser multiplicados.

O importante é insistir na discussão sobre a impossibilidade de uma política, séria, de combate à inflação (tendo no alvo as causas estruturais da inflação: a política de pagamento da dívida externa, a falta de controle sobre os grandes conglomerados capitalistas, a autonomia do setor financeiro e sua estrutura eminentemente especulativa, etc), que não se articule com um projeto de retomada, consistente, do crescimento econômico.

Fracasso

Os pressupostos da política neoliberal são frágeis no tocante a uma política séria de ataque à inflação. A crença no "mercado" e o seu endeusamento não são suficientes para evitar que ele organize a perda de 2,5 bilhões de dólares (remessas de lucros) apenas em 1990. É exatamente o pouco de livre operação das forças de mercado que existe na economia brasileira, que alimenta a disputa pela distribuição das perdas que está na base da dinâmica inflacionária.

Além disso, a persistência do caráter especulativo do sistema financeiro brasileiro deixa sua marca no funcionamento da economia.

A ausência de um projeto de longo prazo tem se expressado nas várias políticas de "longo prazo" do governo Collor, que terminam não passando de mais elementos para uma política imediatista de combate (infrutífero) da inflação. Essa apreciação pode tranquilamente ser feita sobre a política industrial e de comércio exterior, uma peça-chave do projeto colorido.

Há ainda, no projeto neoliberal: em sua versão brasileira, uma persistente subestimação da condição dependente do capitalismo brasileiro e um desconhecimento das novas tendências da movimentação internacional de capitais: o papel que Collor tem sempre atribuído ao capital estrangeiro esquece que, com o advento da informática e da microeletrônica, o interesse do capital estrangeiro por investimentos em regiões que disponham de mão-de-obra barata se reduziu. Talvez, no caso brasileiro, a conversão da dívida externa (para participar das privatizações) seja o que mais lhe interesse. E isso é, por sinal, inflacionário.

A inexistência de qualquer política de retomada do crescimento econômico é uma limitação séria para o conjunto do projeto neoliberal.

O crescimento econômico estável é conseqüência de uma retomada consistente dos investimentos na economia. Para se ter uma idéia aproximada do montante que isso pode exigir, basta calcular a diferença entre o padrão de investimento vigente na última década (a de oitenta, quando a relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB atingiu 17%), com o que existiu no último período de grandes investimentos (em 1974 chegou a 25%); o valor é próximo a 8% do PIB. Montante pouco viável, nas condições históricas do país, sem a existência de um considerável pacote de investimentos...estatais. O que é bem distinto do caminho do neoliberalismo colorido. E não pode ser considerado sério qualquer plano que não aponte, claramente, a origem e o destino de investimentos dessa grandeza.

A possibilidade de um novo fracasso colorido está colocada. O fato deste pacote ser deflagrado no bojo de um processo recessivo é um problema a mais para a capacidade governamental de gestão econômica. A perspectiva deste novo fracasso, com um retorno da inflação, ao lado da recessão que persiste - e até mesmo pode se aprofundar - indica um cenário difícil para o governo federal: elementos de uma crise institucional voltam a circular pelo país.

A dimensão da crise, o fracasso do neoliberalismo para superar os problemas econômicos, passam a exigir uma apresentação clara e firme do conjunto da alternativa dos trabalhadores. □

Há no projeto neoliberal uma persistente subestimação da condição dependente do capitalismo brasileiro e das novas tendências de movimentação internacional de capitais.

As razões dos senhores da guerra

Isaac Akcelrud

O que foi se tornando cada vez mais visível, ao longo de um semestre inteiro de preparativos para a guerra, assumiu uma evidência gritante desde o primeiro dia das hostilidades militares abertas no Golfo Árabe-Pérsico: este não é um conflito local confinado ao Oriente Médio, mas um confronto de caráter estratégico-mundial.

Tanto pelo cenário geográfico (o Oriente Médio é uma área viva e sensível de articulação de três continentes - nada menos que a velha Europa colonialista com a Ásia e África rebeladas e resistentes à condenação ao subdesenvolvimento) como pelos protagonistas (só na frente direta de combate, mais de 30 nações diferentes) e pelos interesses envolvidos (além das linhas vitais de comunicação, em torno de 70% das reservas mundiais de petróleo).

Embora esparsamente, estes dados já eram conhecidos. O que muda tudo é o fato de aparecerem juntos e combinados, simultâneos e em movimento. O Golfo tornou-se o nó visível das contradições entrelaçadas da atualidade - sejam políticas e econômicas, culturais e nacionais, sociais e militares. A enganosa imagem da guerra desenhada pelo Pentágono não aguentou nem mesmo o espelho do noticiário mais hipócrita, mais controlado, manipulado e censurado de todos os tempos:

- anunciaram uma guerra de alta tecnologia, fulminante e definitiva, para durar horas ou, no máximo, alguns dias, mas depois de primeira semana de agressão já confessam inevitável uma batalha longa e condenada ao selvagem e primitivo corpo-a-corpo;

- simularam uma ação armada em defesa do direito e da justiça, pela independência de um "pequeno país desarmado", mas estão fazendo uma guerra colonial pelo petróleo;

- prometeram a paz e prosperidade sob a liderança do capitalismo (que teria derrotado o socialismo com a bancarrota da burocracia estalinista), mas estão demonstrando mais uma vez que "o capitalismo traz a guerra, como a nuvem carrega a tormenta";

- encenaram um harmonioso consenso internacional, através da ONU, mas mostraram a degeneração da organização mundial que, criada para preservar a paz e, contra sua própria razão de ser, decreta a guerra, assumindo o ignóbil papel de polícia mundial, reivindicando pelos Estados Unidos.

A decisão de fazer a guerra ocorreu em meio a um intenso debate sobre o papel dos Estados Unidos no novo quadro internacional - desmoronamento das burocracias estalinistas no Leste europeu, reunificação capitalista da Alemanha, unificação europeia. A auto-censura da imprensa burguesa escamoteou essa informação fundamental, aqui no Brasil, por exemplo. Mas já é possível reconstituir, embora a largos traços, o quadro do imediato pré-guerra e identificar o fio da estratégia imperial.

Duplo declínio

O senador americano David Boren fez uma avaliação e advertência em contraposição à teoria da "vitória do capitalismo" e da supremacia americana como superpotência única, dominadora isolada dos assuntos mundiais. *"Pode soar estranho - opinou - mas não compreendemos plenamente que o declínio da União Soviética pode levar ao declínio dos EUA"*.

A crise do "socialismo real", aos olhos do senador, é, de um lado, apenas da crise mais geral e abrangente, incluindo e afetando o poderio da outra superpotência. "Enquanto existia uma ameaça soviética - o Pacto de Varsóvia, etc. - os países europeus necessitavam dos Estados Unidos..."

Para escapar às tenazes desse duplo declínio, duas políticas se degladiam nos EUA - uma priorizando a produção civil, a outra optando pelo indústria bélica.

A tese dita geo-econômica, defendida por Theodores Sorensen, antigo conselheiro industrial-militar, reivindica mais investimento



em ciência, tecnologia, educação e desenvolvimento comercial. Gastar menos com as Forças Armadas, gastar mais com a revitalização interna. Esta posição exprime-se claramente em um artigo da revista *Foreign Affairs* - "Repensar a segurança nacional" - no qual Sorensen prevê que a política militarista causará uma erosão na liberdade de ação e da segurança nacional em consequência de uma crescente subordinação aos emprestadores japoneses e europeus. "É preciso reconhecer a importância da modernização industrial e a loucura de continuar dedicando fundos para fins exclusivamente militares e espaciais".

A alternativa dita geo estratégica teve seu principal defensor no senador John McCain, que escreveu no *Armed Forces Journal*: "É provável que sejam ainda mais importantes no futuro os motivos que nos fizeram usar a força na Coreia, no Vietnã e em Granada". Argumenta que a "glasnost" não altera o fato de se produzirem a cada 25 conflitos civis e internacionais desde o fim a guerra mundial. É um risco e ameaça direta à economia americana que depende vitalmente do fluxo uniforme do comércio mundial. E seus aliados são ainda mais dependentes do Terceiro Mundo.

- "Na falta de qualquer outra solução adequada - é a conclusão procurada - os EUA devem assumir a responsabilidade da proteção das rotas comerciais e do suprimento das matérias primas".

É a teoria da transformação imediata dos EUA em polícia

A opção militar no Golfo aprofunda dramaticamente a estratégia Bush de compensar o declínio econômico dos EUA com a superioridade de seu poderio bélico.

O Kuwait é isso

O Kuwait foi inventado pelos ingleses em 1961. Era um simples ponto de apoio no caminho da Índia. Com a descoberta do petróleo foi promovido a Estado soberano, com as fronteiras de acordo com o tamanho da concessão petrolífera. Uma tribo foi escolhida para testa-de-ferro. Na época só tinha 300 mil habitantes.

Hoje em dia, só 40% da população goza de alguns direitos. Os outros 60% são trabalhadores emigrados, cuja situação raia à escravidão. São palestinos, tailandeses, filipinos, paquistaneses. Há um enorme contingente de desempregados no Oriente Médio, mas a oligarquia kuwaitiana prefere os estrangeiros que são temporários e só querem fazer um pé de meia para retornarem ao país de origem. A posição árabe contra o emir e sua camarilha tem um fundo de classe.

A dinastia kuwaitiana guarda sigilo absoluto sobre os ativos acumulados no exterior e administrados pelo "Kuwait Investment Office" (KIO), com sede em Londres. Estima-se que são mais de 100 bilhões de dólares investidos em empresas europeias, americanas e japonesas. Entraram no clube fechado do grande capital internacional. □



mundial do grande capital. É o lugar que reivindicam no seio da nova correlação de forças.

Contribuição de Saddam

Esta discussão ardeu durante o primeiro semestre de 1990. Logo no início do segundo semestre, Saddam Hussein contribuiu com o pretexto necessário para a decisão belicista de Bush. Mais uma vez o Iraque foi usado pelo militarismo americano. O exército de Hussein tornou-se o quarto ou o quinto maior do mundo, para que enfrentasse a revolução iraniana que derrubou o *shá* Reza Pahlevi e para funcionar como dique e muro protetor do Kuwait, demais emirados árabes e Arábia Saudita, para "garantir o fluxo uniforme do petróleo.

A invasão e anexação do Kuwait não foi concebida nem executada contra interesses americanos ou ingleses. Não foi um ato de rebeldia, nem de libertação e resistência. Saddam seguiu o exemplo das metrópoles no Oriente Médio e outras partes do mundo. Não previu a resposta de Bush porque não acompanhava nem entendia o debate que rolava nos Estados Unidos como uma bola de fogo.

Bush, isto é, o lobby do complexo industrial-militar, percebeu no avanço de Saddam Hussein uma oportunidade para manter e profundar política de guerra da Casa Branca. De aliado, Saddam Hussein foi transformado na pior das ameaças.

Não é a primeira vez que os americanos abandonam e até atacam aliados no dobrar da esquina. (Os americanos não têm amigos, têm interesses - já dizia um presidente dos EUA). Sustentaram Chiang Kai Check contra a revolução chinesa e escoraram em Formosa (a ilha de Taiwan, transformada em fortaleza da contra-revolução chinesa). Mas quando se delineou a possibilidade de um acordo com a burocracia da China continental, não vacilaram. Mandaram o regime de Chiang Kai Check às urtigas, da noite para o dia, sem aviso prévio. O mesmo fizeram no Panamá, onde Noriega passou de pupilo a inimigo número um. Já se perfila no horizonte até mesmo um possível abandono de Israel, como parcela do preço previsível para um acordo no Oriente Médio compatível com a presença americana.

Assimetria imediata

Os reais objetivos de guerra dos Estados Unidos estabelecem os termos da vitória do complexo industrial-militar na controvérsia interna. Mas aguçam as contradições no quadro internacional de deslocamento do poder, que já se manifesta na retirada militar de URSS e EUA de suas posições na Europa.

A originalidade da nova conjuntura internacional é uma assimetria nunca antes verificadas: as novas potências dominantes, vitoriosas na competição intercapitalista - tecnológica, industrial, comercial - ainda são um poder desarmado: Alemanha e Japão, países derrotados na guerra, foram impedidos de investir no desperdício da corrida armamentista. Ao mesmo tempo, as antigas superpotências em processo de crise, conservavam a supremacia bélica pelo menos por algum tempo mais. Isto cria uma nova assimetria: enquanto a URSS usa a força internamente para controlar as reivindicações autonomistas das repúblicas soviéticas, os EUA se lançam no exterior, como gendarme do capital mundial e única superpotência. A Casa

Branca, depois de Granada, Panamá e Nicarágua, joga uma cartada decisiva no Golfo.

Além de guerra de advertência contra o Terceiro Mundo, o controle militar direto da maior reserva petrolífera do mundo também afeta os interesses dos países capitalistas cem por cento dependentes dos suprimentos energéticos do Oriente Médio, como o Japão e a Europa Ocidental.

Dessa posição de força, os EUA podem melhor proteger seus pupilos sauditas contra a concorrência da URSS e da China, candidatas a uma fatia substancial dos fornecimentos, em busca dos petrodólares para financiar o "socialismo de mercado".

Contradição e covardia

A cortina de morte dos bombardeios ininterruptos e a guerra eletrônica televisada ocultam essa contradição que transpirou da guerra de bastidores, principalmente através das repetidas e contraditórias manifestações da diplomacia francesa. Seus antigos vínculos com o Oriente Médio e seus investimentos militares no Iraque (usinas nucleares, etc.) facilitam à França o papel de porta-voz da solução diplomática combinando a retirada iraquiana do Kuwait com a retirada israelense da Cisjordânia e Gaza. Aparentemente, essa fórmula afeta os protagonistas árabes do drama do Golfo. A malícia está na implicação de uma retirada americana da península saudita.

A França contava com o apoio da maioria do 15 membros do Conselho de Segurança, mas "esbarrou na oposição dos Estados Unidos". A Europa desistiu de uma política externa própria, ela que se unifica para passar ao primeiro plano, ante o poder de veto da polícia mundial. Acabou com a ilusão de que poderia impedir a detonação da guerra. Esse equívoco era decorrente de uma falha na análise da conjuntura.

1 - Esqueceu o ignóbil papel da URSS e da China, apoiando o imperialismo em sua declaração de guerra ao Terceiro Mundo. A traição da burocracia à Revolução de 1917 foi arrastada às últimas conseqüências.

2 - Não levou em conta o caráter relativo das contradições internas no campo minado do grande capital. Eles se atiram e se guerreiam, mas se unem contra os trabalhadores, cerram fileiras contra a insubmissão dos povos espoliados. Mitterand, social-democrata típico, tem mais medo dos povos do Oriente Médio do que de uma dominação americana absoluta no Golfo. Ferozes contra os povos, agacham-se ante o dólar.

Depois disso a guerra tornou-se inevitável. □

Superlucro do petróleo

Os interesses petrolíferos estão no centro da crise do Golfo. E estão demonstrando a irracionalidade e incompetência das gestões capitalistas da economia mundial: dependência de um único combustível (sem alternativa à vista) concentrado numa das áreas mais explosivas do planeta.

A sedução do petróleo se deve a três facilidades: é o combustível mais limpo (se comparado ao carvão mineral, por exemplo), é o mais barato (pudera, é insumo de origem colonial) é de fácil transporte. Em 1950, o consumo era de 10 milhões de barris/dia. Em 1990, chegou a 65 milhões de barris/dia. Em 1989, circularam no comércio mundial 11 bilhões de barris de óleo bruto ou refinado - mais do que a soma do carvão, ferro e grãos.

Logo no início, os primeiros barris custavam aos monopólios apenas dois centavos de dólar. Em 1930, quando o barril já estava um dólar, uma jazida descoberta no Texas arrastou os preços para seis centavos de dólar. Em junho de 1973, o barril estava a US\$ 2,60. É Época do primeiro choque de petróleo, o preço quintuplica, passa a 10 dólares. Com a queda do Shá, em 1979, vai a US\$ 12,60, dobrando até o final do ano. Em 1980, guerra Irã-Iraque, o petróleo vai a 40 dólares o barril. Antes da invasão do Kuwait, estava em US\$22,00, saltando para 30 dólares. Só no último trimestre de 90 os lucros das multinacionais aumentaram 62%, seis bilhões de dólares. □

Prometeram paz e prosperidade mas estão demonstrando mais uma vez que o "capitalismo traz a guerra, como a nuvem carrega a tormenta".

As “mãos livres” da barbárie

O Pentágono está mentindo. Bastou mais de uma semana de guerra para que esta denúncia fosse posta em circulação nos Estados Unidos. É um sintoma de uma posição crítica que apenas desponta, como resultado da experiência vivida pelo povo americano. Isto veio à tona, nada menos, pelas colunas do conservador *“Washington Post”* e com a assinatura do mesmo repórter que denunciou o escândalo de Watergate (obrigando a renúncia de Nixon).

Em sua defesa, os generais americanos começaram a queixar-se da astúcia dos alvos falsos, de papelão e madeira, que enganaram os poderosos esquadrões aéreos. Descobriram até a existência de hangares e outras instalações militares subterrâneas que burlam os bombardeios de saturação no Iraque. Ora, os alvos falsos, simulações de aviões e tanques são tão comuns que já deu para formar toda uma indústria. Endereço conhecido, essa produção tem até filial no Brasil (em Goiás). Não há espionagem que ignore esse segredo de polichinelo. Os hangares subterrâneos foram construídos pela Inglaterra que conhece sua exata localização, mas só agora, tão tardiamente, se lembrou disto...

Isto é apenas a superfície e aparência do quadro. A guerra já revelou outras e profundas contradições e dificuldades.

Ruptura árabe

Nesta primeira fase da guerra, dos 21 Estados Árabes, doze se alinham sob a bandeira americana, entre eles os seis emirados do Golfo. Evidencia-se uma ruptura política no seio do mundo árabe. A situação revelou-se instável quando Síria e Egito, que têm contingentes sob comando americano no Golfo, tomaram público que mudariam de lado se Israel entrasse na guerra. Esta postura já está muito atenuada. Os dois governos já foram amaciados e passaram a concordar que, atacado como está sendo, Israel tem pleno direito de se defender. É uma afirmação cuja efetividade depende da situação interna desses países.

Dá-se a concluir que a ruptura árabe é mais profunda e não apenas o reflexo momentâneo de diferenças ocasionais entre os governos dos diferentes países. É uma ruptura que opõe mais claramente do que em qualquer outro momento, de um lado as massas populares e trabalhadores árabes, de outro as dinastias petrolíferas e as oligarquias no poder que se colocam sob bandeira estrangeira. É nessa maré montante que navega o movimento palestino. É a tábua de salvação à qual Saddam Hussein pretende se agarrar. É para esse lado que inclinam-se o Irã e a Jordânia. É aí que está ancorado o lemen.

Mas não é apenas do destino de governos que se trata. O principal está na perspectiva de um grande ascenso do movimento popular árabe em toda a região. Nenhum regime, nenhum governo ou liderança poderá considerar-se sólido e firme no imediato pós-guerra, seja qual for o resultado da batalha militar.

As guerras ininterruptas no Oriente Médio mostram que o poderio militar é insuficiente para decidir a situação - é preciso ter também força e supremacia política. O drama está na orfandade dos povos que não contam com um partido revolucionário. O comando político independente deverá ser criado em plena tormenta, sob pena de imposição de uma paz americana e nova frustração das esperanças populares.

Papel da OLP

Nesse quadro, a Organização de Libertação da Palestina (OLP) goza de uma posição privilegiada, como principal movimento devotado sem subterfúgios à causa da autodeterminação - alicerce para uma política independente no contexto árabe e

uma firme posição antiimperialista. Com esta vantagem, a OLP (que é uma frente de tendências) pode superar erros e desvios, como atuar com destreza ante governos embaraçados e imobilizados pelas suas nem sempre confessáveis “razões de Estado”.

É de origem palestina a proposta-chave de saída iraquiana do Kuwait combinada com a desocupação de Gaza e da Cisjordânia, ressuscitando a proposta de uma conferência de paz global para o Oriente Médio. A tese foi retomada em várias chancelarias. A OLP é a matriz e ponto de partida dessa política que, ao mesmo tempo, garante aos palestinos o direito à existência nacional soberana, como permite uma saída aceitável e mesmo honrosa para vários impasses do Oriente Médio.

O acúmulo político e organizativo nesse rumo tem condições de tornar-se patrimônio e inspiração de todo o mundo árabe.

O caso de Israel

A política maliciosa e sanguinária de Saddam Hussein, bombardeando com mísseis Scud soviéticos as populações civis de Haifa e Tel Aviv não pode ser validada sob pretexto algum. É preciso sustar os ataques aéreos de Israel, bem como ao Iraque e Arábia Saudita. O massacre das aglomerações urbanas, sejam árabes ou israelenses, é inadmissível em toda linha.



A lógica americana de “não lutar de mãos amarradas como no Vietnam” revela os riscos dramáticos do uso de armas nucleares na Guerra do Golfo



A Coragem de dizer não

Ronald Jean-Baptiste, um haitiano reservista das forças armadas norte-americanas, tornou-se o símbolo da luta contra a intervenção ianque.

Com 22 anos de idade, Ronald Jean-Baptiste foi o primeiro reservista que corre o risco de comparecer a uma corte marcial por se recusar a partir para o Golfo. O processo teve início no dia 28 de novembro, na base aérea de McGuire em New Jersey. A medida que seu exemplo começou a tornar-se amplamente conhecido nos EUA, manobras de intimidação a ele foram postas em prática pelo governo.

Um comitê em sua defesa foi constituído. Ronald Jean-Baptiste explicou seu gesto da seguinte maneira, à imprensa:

—“Meu caso, como haitiano, mostra a hipocrisia e o racismo do governo norte-americano. As forças armadas norte-americanas recusaram tomar doação do meu sangue para uso médico sob pretexto que ele apresenta altos riscos para o vírus da AIDS, tese que foi amplamente condenada pela maioria da comunidade médica, tendo em vista seu caráter não científico e injustificado. Entretanto, esta mesma instituição militar quer que eu verta este sangue que eles julgam contaminado nas areias do deserto da Arábia Saudita.”

“Minha situação é idêntica a de milhares de jovens vindos dos meios pobres e das classes trabalhadoras que estão integrados aos reservistas, não por fidelidade às companhias petrolíferas ou aos generais do Pentágono, mas unicamente a fim de ter um pouco de dinheiro para pagar o seu aluguel, sua alimentação e educação. Jovens que devem vender suas vidas para sobreviver: tal é a herança legada pelos governos Reagan e Bush.”

Digo não à discriminação, não às intimidações e não à guerra do Oriente-Médio. Há milhões de norte-americanos e outras pessoas que também dirão não e que se juntarão ao crescente movimento contra a agressão norte-americana no Golfo Pérsico e em outras regiões do mundo. Conclamamos a todos os jovens do país a permanecerem fiéis aos seus princípios e às suas convicções. É preciso que tenhamos coragem de nos recusarmos a participar de uma guerra que pode causar mortes e destruições jamais vistas na história da humanidade. Hoje, eu digo não e que o Exército reaja como lhe parecer melhor. Nada impedirá o movimento contra os seus sinistros planos de guerra de crescer.” □

Da mesma forma, é inaceitável a posição, aparentemente pró-judáica, de passar a apoiar os criminosos de guerra do Likud, que estão no poder em Israel, a pretexto de somar forças para “punir o louco Hussein”. A experiência já vivida aponta em direção oposta.

A política de guerra (um poderoso exército é a única garantia confiável) e a submissão ao imperialismo americano (nada faremos à revelia ou contra os Estados Unidos), resultaram claramente numa situação de risco mortal para própria existência da república judaica. Seu exército é certamente o mais poderoso e competente da região. A aviação militar é uma das melhores do mundo. Mas a política que comanda todo esse poderio faz de Israel um corpo estranho no Oriente Médio e condena o país a um isolamento total. A política externa israelense está paralisando e impedindo o uso de suas próprias forças armadas, numa confissão indireta e involuntária da inutilidade de tantos generais, aviões, tanques e ogivas.

O alto custo social e político desse isolamento obriga o país a imobilizar inutilmente a melhor parte de sua mão de obra nos quartéis e manter a parte árabe da força de trabalho ociosa e confinada (o toque de recolher na Cisjordânia e Gaza já paralizou a construção civil, provocando o protesto dos empresários judeus). O país está encurralado, sem condições de autodefesa independente. Já é preciso admitir o depender do estacionamento de unidades militares americanas, o que equipara Israel à Arábia Saudita. Começa a definir a própria soberania estatal.

Mas há um risco ainda mais grave. Quando cessar o problema da guerra no Golfo, de um jeito ou de outro, aparecerá uma plena evidência e urgência a questão da evacuação americana do Oriente Médio. Estalará a contradição entre o interesse americano de controlar o pós-guerra e as agitações populares postas no primeiro ponto da pauta. Os Estados Unidos terão que enfrentar, afinal, uma Conferência do Oriente Médio e barganhar seus interesses com o movimento nacional árabe. Proteção estrangeira humilhante, hoje, a presença americana, amanhã, poderá tornar-se um risco para Israel transformado em objeto de barganha.

Os EUA não são aliados confiáveis como demonstra o exemplo de Saddam Hussein, para só falar no caso mais recente.

Ameaça nuclear

A certeza do choque em terra já previsto para a segunda quinzena de fevereiro - assalto de infantaria para o combate homem-a-homem à arma branca - cobra de imediato o sacrifício de novas levas de jovens recrutas. A ameaça pesa principalmente sobre dezenas e centenas de milhares de reservistas americanos.

Com efeito, os “aliados” não parecem muito dispostos a participar das ações na linha de frente. Os efetivos árabes envolvidos estão sujeitos a incontáveis influências políticas, religiosas e de identidade nacional que as tomam menos confiáveis para os objetivos do Pentágono. Os europeus pendem cada vez mais para a relativa impunidade de quem goza de indiscutível superioridade aérea e para os serviços de apoio de retaguarda, mais seguros e protegidos. Uma outra alternativa é o financiamento reclamado pelos EUA, como forma de engajamento na guerra.

É previsível até que Bush terá que buscar carne-de-canhão nos países devedores e dependentes para aliviar a tensão e oposição crescente e inevitáveis em sua retaguarda doméstica. Teremos que resistir a severas pressões nesse sentido, aqui no Brasil e em toda a América Latina.

De outra parte, a liberdade de opções conferidas aos generais desde o primeiro momento (para que não lutem de mãos amarradas às costas, “como no Vietnam”, disse Bush), alimenta a tendência para o emprego de armas não-convencionais e começa a pôr em relevo atual o risco real do máximo crime de lesa-humanidade - o emprego da bomba atômica a pretexto de chegar à vitória mais rapidamente e com menos baixas.

O Pentágono tem 500 artefatos nucleares no Golfo, disseram os telegramas. Israel tem uma centena de ogivas atômicas, reconhecem as agências noticiosas. As acusações ao Iraque - crime ecológico, uso de armas químicas e biológicas, etc. - preparam o alibi procurado pelo alto comando americano em dificuldades ante as astúcias de um país subdesenvolvido sem infra-estrutura industrial própria. No Vietnam estavam de “mãos atadas”. No Golfo têm carta branca, estão de “mãos livres”.

A presença militar americana no Oriente Médio é portadora da ameaça nuclear. □

(Isaac Akcelrud)

Uma chance para a paz

A censura, o controle e bloqueio das informações não se exerce apenas sobre os fatos da guerra. O movimento pela paz que já no primeiros dias da guerra mobilizou centenas de milhares de pessoas em vários cantos do mundo vem sendo literalmente marginalizado nos meios de comunicação.

No entanto, ele tem fôlego para colocar milhões nas ruas. As raízes da grande mobilização contra a guerra do Vietnam e do movimento pacifista da década de oitenta ainda estão vivas nas consciências dos povos dos EUA e da Europa.

É na potência deste movimento - na sua capacidade de despertar consciências anestesiadas pela propaganda militarista, de organizar frentes unitárias amplas, de tomar iniciativas criativas e de impacto - que reside a esperança neste momento.

É desta onda internacional contra a intervenção imperialista no Golfo que os petistas têm o dever de se somar. Aqui, algumas notas do front da luta pela paz.

No dia 12 de janeiro de 1991, no norte de Israel, milhares de manifestantes judeus e árabes confraternizaram-se na "Marcha contra o racismo e pela fraternidade judeu-árabe" convocada pelo movimento israelense Paz Agora, pelo Comitê Central das Organizações Árabes em Israel e pelo Centro Internacional pela Paz no Oriente Médio.

Por iniciativa do Movimento de Mulheres pela Paz, centenas de pessoas concentraram-se simultaneamente ante a embaixada Americana em Tel Aviv, diante do consulado em Jerusalém e do estado maior da frota dos Estados Unidos no porto de Haifa. As faixas diziam: "O Iraque deve se retirar do Kuwait - Israel tem que sair dos territórios ocupados; Retirada imediata das tropas americanas no golfo; Não à intervenção israelense na guerra do Golfo."

Na noite de 14 para 15 de janeiro, num comício estudantil apoiado por alguns parlamentares, sendo orador principal o professor Leibovitz, foi assinada a seguinte petição:

"Apelamos ao governo israelense para que manifeste o desejo de aceitar um acordo de paz regional amplo, incluindo o compromisso de criar uma zona sem armas nucleares, químicas ou bacteriológicas no Oriente Médio; um acordo de paz entre Israel, Jordânia, Síria e Iraque; e um outro entre israelenses e palestinos baseado no reconhecimento do direito de todos os povos a um Estado próprio, à segurança e à paz".

Na Inglaterra

Milhares de pessoas se mobilizaram contra a guerra em Londres, Glasgow, Manchester, Bristol e outras cidades. Piquetes de mulheres atuam constantemente diante do Ministério do Interior. Cinco mulheres foram detidas. No dia 15 de janeiro, uma grande manifestação dirigiu-se ao parlamento para pedir aos deputados que recusem votar pela guerra. Houve várias prisões. Votaram contra o governo 57 deputados.

Na Espanha

Os Comitês Contra a Guerra no golfo atuam em todo o país, unindo as "Comisiones Obreras", a Izquierda Unida do PCE, a Liga Comunista Revolucionária (IV Internacional), organizações pacifistas e ecológicas. As maiores manifestações tiveram lugar em Barcelona e Madrid.

Comitês juvenis contra o serviço militar e organizações estudantis reuniram mais de 400 mil jovens em várias cidades e a greve geral que decretaram se prolongou por três dias. O Sindicato dos Professores aderiu à greve contra a guerra.

A Coordenação dos Pais dos Soldados enviados ao Golfo apresentou queixa contra o primeiro ministro González pela "detenção ilegal" de seus filhos e de seu envio para o Golfo. As famílias desses soldados estão atuando em todas as manifestações.



Na Bélgica

As associações pacifistas que organizaram as mobilizações contra a instalação de mísseis nucleares na Europa, reuniram 40 mil pessoas em Bruxelas contra a guerra no Golfo.

O "não à guerra" está reunindo forças muito diversas - desde a extrema esquerda, como o Partido Operário Socialista (seção IV Internacional) e o Partido Trabalhista Belga (de origem maoísta), até partidos governamentais como o Partido Flamenco e o Volks, um partido nacionalista.

As pesquisas de opinião indicam que 80% dos belgas se opõem à guerra. Foi lançado um apelo das mulheres contra a guerra. Um manifesto operário contra a guerra que reuniu, de saída, mais de uma centena de dirigentes sindicais, além de organizações inteiras como a Associação dos Professores Socialistas de Língua Francesa e a Federação Geral do Trabalho da Bélgica.

Itália

Respondendo ao chamado de diversas organizações pacifistas, uma manifestação nacional reuniu mais de cem mil pessoas nas ruas de Roma no dia 12 de janeiro de 1991 exigindo a retirada das tropas italianas do Golfo. A passeata da ala esquerda do Partido Comunista Italiano (PCI) - reagrupado na corrente Refundação Comunista - era considerável assim como aquela da Democrazia Proletária, que reuniu cerca de dez mil manifestantes.

A Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), principal central sindical (próxima do PCI), havia se recusado a tomar parte na mobilização, considerando que a invasão do Kuwait por Saddam Hussein não tinha sido claramente condenada; mas coletivos sindicais de base estiveram presentes.

Durante a noite de 15 e 16 de janeiro, numerosos shows, marchas e ações contra a guerra aconteceram em toda a península italiana.

As três principais centrais sindicais do país - a CGIL, a Confederação dos Sindicatos Livres (CISL) e a União Italiana dos Trabalhadores (UIL) - convocaram uma paralisação do trabalho de cinco minutos em todas as empresas no dia 15 de janeiro ao meio-dia. No dia 17 de janeiro, cem mil pessoas manifestaram-se em Milão. Numerosos colégios e universidades estão em greve.

A Democrazia Proletária lançou uma campanha dirigida a todos os italianos convocados para a guerra, incitando-os a não partirem para o Golfo; um grupo de advogados foi formado para defendê-los, argumentando que, após a Segunda Guerra Mundial, a Constituição Italiana interdita o envio de tropas ao estrangeiro e prevê que os conflitos políticos não devem ser resolvidos pela guerra.

Alemanha

As manifestações nas capitais dos principais distritos alemães agruparam em torno de 250 mil pessoas no dia 12 de janeiro. O movimento anti-guerra, que demorou a ir às ruas em uma Alemanha sobretudo preocupada com a unificação, começou assim a recuperar terreno.

As forças de esquerda estão na liderança das manifestações. Em algumas regiões, o Partido Social-Democrata (PSD) e os sindicatos que lhe são próximos, como em Frankfurt, tomam a iniciativa; em outros lugares a iniciativa coube à extrema-esquerda.



Pela primeira vez desde 1945, o envolvimento direto da Alemanha em um conflito externo - além do financiamento do esforço de guerra dos Estados Unidos, foram enviados pára-quedistas e aviões de combate alemães de uma base da OTAN na Turquia - suscitou uma viva comoção na população.

Após o início da guerra, a efervescência pacifista está tomando conta da Alemanha e todos os dias ocorrem manifestações. Os estudantes secundaristas tem ocupado um papel de ponta: cerca de 30 mil manifestaram-se na cidade de Colônia no último dia 17; um dia de greve geral secundarista ocorreu no dia 22. No dia 18 de janeiro, os sindicatos convocaram seus membros a observar um minuto de silêncio; a Confederação Nacional dos Trabalhadores (DGB) convocou uma manifestação que reuniu 250 mil pessoas em Bonn no dia 26.

Estados Unidos

O movimento anti-guerra está em pleno desenvolvimento nos Estados Unidos após o voto da resolução da ONU, autorizando o uso da força contra o Iraque.

No dia 1º de dezembro de 1990, mais de dez mil manifestaram-se contra a guerra em Boston e cinco mil em Seattle. No dia 8 de dezembro, manifestações regionais ocorreram em Chicago (5 mil pessoas), Berkeley (5 mil pessoas), Washington e Denver.

Até novembro, os posicionamentos contra a guerra no movimento

operário partiram de sindicatos dirigidos pela esquerda, em especial na Califórnia do Norte. A central-sindical - AFL-CIO - declarou-se favorável à guerra. Jean Pierce, dirigente do ramo dos empregados em comunicações, foi o primeiro a romper com a direção da AFL-CIO, dando o seu apoio à Campanha Nacional pela Paz no Oriente-Médio.

Nos meios estudantis, a oposição à guerra começou a crescer a partir da ameaça da conscrição. A conscrição não é de fato aplicada desde a Guerra do Vietnam. O movimento pela paz explica que, sendo as reservas de soldados limitadas, os Estados Unidos não poderão conduzir uma guerra prolongada sem apelo aos conscritos. No dia 7 de dezembro, centenas de reuniões contra a guerra ocorreram nos campi universitários.

O segundo encontro nacional da Campanha Nacional pela Paz no Oriente-Médio reuniu 300 pessoas em Nova York no dia 1º de dezembro de 1990. 164 organizações pacifistas ou em oposição à intervenção militar estiveram representadas. A reunião adotou três palavras-de-ordem: não à Guerra no Oriente Médio, retorno imediato das tropas e dinheiro para a ação social e não para a guerra.

O movimento negro ocupa um lugar de destaque na luta pela paz. Cerca de 40% dos jovens negros em idade de trabalhar estão desempregados. A crise levou muitos deles a se alistar no Exército.

Eles serão os primeiros a morrer nesta guerra. □

O PT e a guerra do Golfo

Aqui, a posição do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

O desencadeamento de mortíferos ataques aéreos por parte dos Estados Unidos e seus aliados contra Bagdá, a partir da madrugada de 16 de janeiro, mergulha a humanidade em uma situação de horror e incerteza.

Prestando defender a integridade do território do Kuwait, invadido pelo exército do Iraque, o governo dos EUA e seus aliados puseram em ação a maior máquina de morte montada desde a Segunda Guerra Mundial.

Os Estados Unidos, invasores de ontem do Panamá e Granada e violadores sistemáticos da soberania e da liberdade nacionais, se apresentam hoje como guardiães do direito internacional e do princípio da autodeterminação.

As Nações Unidas - cujas Resoluções mandam Israel sair dos territórios ocupados não têm sido cumpridas e que se revelaram incapazes de proteger as populações palestinas massacradas pelo governo de Tel Aviv - servem de escudo para a política bélica de Bush.

O que está em jogo no Golfo, no entanto, são os gigantescos interesses dos grupos petrolíferos que temem os efeitos da concentração de poderes nas mãos de um ditador capaz de lhes impor uma negociação mais difícil sobre o preço do combustível.

Mas está em jogo fundamentalmente a disposição do governo dos Estados Unidos de constituir-se em única grande potência mundial e de articular uma nova ordem econômica, política e militar internacionais sob sua hegemonia absoluta.

Esta realidade tem sido ocultada pela maioria dos meios de comunicação do mundo e do Brasil que procuram apresentar o conflito como um enfrentamento entre a liberdade e a tirania.

A opinião pública começa pouco a pouco a dar-se conta dos horrores dessa guerra insana: milhares de vítimas, especialmente na população civil, enorme destruição material e uma degradação sem precedentes do meio ambiente. O custo da guerra deverá chegar a 2 bilhões de dólares

diários quando começarem os combates terrestres. Em dois meses terá sido consumido o equivalente da dívida externa brasileira. Esses gigantescos recursos utilizados para o morticínio organizado permitiriam tirar grande parte da humanidade da situação em que se encontra, particularmente nos países da América Latina, África e Ásia.

A guerra tende a ampliar os desequilíbrios econômicos internacionais estimulando ao mesmo tempo a inflação mundial. A crise do Golfo tem sido saudada pela indústria armamentista como uma excelente oportunidade de retomar seus negócios que apareciam ameaçados pelo clima de distensão pós Guerra Fria. Este agravamento da situação econômica internacional representará essencialmente maiores sacrifícios para os traba-



lhadores de países como o Brasil onde já se encontram submetidos aos efeitos da recessão, desemprego e arrocho salarial.

O Partido dos Trabalhadores vem denunciando esta situação desde agosto do ano passado.

Condenamos as tentativas dos Estados Unidos e de seus aliados de resolver o conflito militarmente e enfatizamos esta condenação agora que as hostilidades se desencadearam.

Condenamos a invasão do Kuwait pelo Iraque e reiteramos hoje esta condenação.

Condenamos o endosso da ONU dado à política bélica dos EUA e aliados. O papel das Nações Unidas é buscar a paz e não legitimar a guerras.

Condenamos o bombardeamento de populações civis em Israel, no Iraque, na Arábia Saudita ou qualquer outro país da região.

Defendemos uma solução negociada como única via para restabelecer a paz na região e evitar um

conflito de proporções mundiais.

O PT conclama os trabalhadores e a todos os setores democráticos da sociedade a se somarem às gigantescas manifestações que hoje se realizam no mundo inteiro contra a guerra.

Os eixos de uma mobilização hoje são os seguintes:

1) cessar fogo imediato que ponha fim ao morticínio em toda a região;

2) revogação das Resoluções do Conselho de Segurança que autorizam o embargo econômico e o uso da força no golfo;

3) retirada das tropas iraquianas do Kuwait e dos Estados Unidos e de seus aliados da região;

4) proteção da área de conflito por uma força de paz multinacional, de preferência árabe;

5) convocação de uma conferência para encontrar soluções globais que garantam uma paz duradoura na região do Golfo mas, ao mesmo tempo, restabeleçam a paz no Líbano e a integridade de seu território e, sobretudo, obrigue Israel a retirar-se imediatamente de todos os territórios ocupados e garanta a constituição de um Estado palestino sob a direção da OLP.

O PT denuncia a falta de iniciativas diplomáticas do governo brasileiro na busca da paz. Collor parece só estar preocupado em encontrar na crise do Golfo uma desculpa para o fracasso de seu plano econômico e prosseguimento de sua política anti-popular. Tudo isso mostra a hipocrisia de suas propostas de "união nacional" frente à crise do Golfo.

O Brasil deve assumir um papel de vanguarda na articulação dos países mais atingidos pelos efeitos da guerra a fim de encontrar-se uma solução de paz. Para isso deve adotar uma posição de efetiva neutralidade ao contrário que afirmou o ministro Resek, defendendo imediatamente a tese do cessar fogo.

O Partido dos Trabalhadores tomará iniciativas junto a partidos e movimentos de esquerda e progressistas de todo o mundo bem como junto a foros democráticos internacionais para articular uma ação pela paz e responsabilizar todas as partes pelas violações das liberdades, dos direitos humanos e degradação do meio ambiente no Golfo Pérsico.

Todos às ruas para por fim à guerra.

Cessar fogo imediato.

Paz já.

São Paulo, 26 de janeiro de 1991. ★

Sete teses contra o neoliberalismo



Juarez Guimarães

1 A luta ideológica que se trava hoje na sociedade brasileira organiza-se fundamentalmente em torno da disputa dos pressupostos, valores e opções estratégicas para a saída da crise. É aí que deve enraizar-se o debate sobre o socialismo e a estratégia que travamos no interior do PT.

Nosso ponto de partida deve ser a constatação de que *estamos perdendo esta luta ideológica a partir da avassaladora ofensiva do projeto neoliberal*. Há três grandes riscos se esta derrota se consolidar no próximo período:

- Que a crise do governo Collor seja acompanhada de uma dispersão das forças de oposição, incapaz de dar coerência e globalidade às lutas populares e sindicais;

- Que a oposição ao governo Collor seja ocupada por outra força política que mova-se também no interior do campo neoliberal, significando apenas uma articulação diversa de suas proposições e meios;

- Que o nosso próprio movimento seja pressionado a adaptar em alguma medida as suas propostas ao campo neo-liberal.

Uma derrota ideológica diante do neoliberalismo feriria o PT naquilo que é a sua raiz, sua razão de ser e sua força: a sua capacidade de encarnar perante as massas trabalhadoras uma esperança viável de grandes mudanças na sociedade brasileira.

2 O neoliberalismo é o campo ideológico no qual tem-se unificado o grande capital a nível internacional. A sua adoção marcou uma ruptura com as políticas de inspiração keynesiana - manutenção do crescimento econômico através do crescimento dos gastos públicos e da manutenção de baixas taxas de juros - que haviam predominado na maior parte dos países capitalistas centrais após a II Guerra Mundial. Durante cerca de 25 anos, o capitalismo havia experimentado um período inédito de crescimento com taxas de crescimento próximas a 7% ao ano. Ao final da década de 60, porém, a coexistência de situações de diminuição do crescimento econômico e de elevação da inflação demonstravam o impasse das políticas de inspiração keynesiana.

O neoliberalismo avança como uma explicação e uma proposta para sair da crise. A inflação é atribuída à excessiva criação de moeda, em função das "despesas desmesuradas" do Estado, financiadas pelo recurso ao crédito bancário. A diminuição do crescimento econômico é explicada pelo excesso de intervenção estatal, inibindo a "iniciativa privada" e "confundindo as decisões racionais dos agentes econômicos".

As proposições neoliberais que resultam desta análise das raízes da crise não são neutras. Abrem um período histórico de "revanche" do grande capital sobre o trabalho.

Tendo como centros iniciais de difusão os governos de Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher na Inglaterra, as propostas neoliberais foram incorporadas em boa medida até mesmo por governos sociais-democratas europeus durante a década de 80.

O primeiro elemento do receituário neo-liberal foi a redução dos impostos - sobretudo sobre a renda e sobre os ganhos do capital, que desencorajariam a iniciativa privada e penalizariam os setores de riquezas. Os "tax cuts" (cortes fiscais) de 1981 e a reforma fiscal de 1986 promovidos por Reagan, foram seguidos por medidas de orientação semelhante no Reino Unido, no Canadá, na Suécia e na França.

A segunda proposta neoliberal foi a redução dos salários, não apenas através da pressão do desemprego crescente. Em quase todos os países capitalistas, atacou-se o poder dos sindicatos, liberalizou-se o funcionamento do mercado de trabalho (permissão do trabalho informal, afrouxamento das restrições às demissões, supressão dos salários mínimos para o trabalho juvenil, alteração das convenções coletivas do contrato de trabalho).

O terceiro campo de medidas neoliberais foi o do ataque aos direitos e garantias conquistados pelos trabalhadores nos anos de crescimento econômico (o chamado Estado do bem-estar social), propiciando, cada vez mais, a entrada do capital no setor de serviços, legitimando a diferenciação e o dualismo.

O quarto conjunto de propostas neoliberais foi o de desregular os mercados monetário e financeiro, permitindo o

Uma derrota ideológica diante do neoliberalismo feriria o PT naquilo que é a sua raiz, sua razão de ser e sua força.

As proposições neoliberais abrem um período histórico de "revanche" do grande capital sobre o trabalho.

Para o neoliberalismo, a "Nação" passaria a ser apenas os setores assimiláveis pela modernização que viria apoiada na dinâmica do mercado mundial.

O neoliberalismo é uma ideologia mais reativa do que criativa, mais crítica do que propositiva: não produz utopia, mas visa destruir esperanças coletivas.

Como ideologia que tem a função histórica de bloquear o avanço do PT, o neoliberalismo se expande nas brechas do campo ideológico do adversário.

pleno desenvolvimento das práticas especulativas do capital. Por fim, as privatizações que abrem para a reprodução do capital setores lucrativos antes geridos diretamente pelo Estado.

A política neoliberal explica em, grande medida, o crescimento capitalista nos últimos anos, embora mais lento e às custas de mais desigualdade social e de acumulação de contradições para o funcionamento do sistema. É significativo também o fato de que os EUA e a Inglaterra, cujos governos puxaram a onda neoliberal, estejam hoje em recessão e em atraso econômico com relação a outras potências como o Japão e a Alemanha.

3 - A compreensão do caráter internacional da ideologia neoliberal e a função histórica que veio cumprir para o capital nos países imperialistas são fundamentais para nós.

No Brasil, país capitalista industrializado mas periférico, o neoliberalismo não cumpre a função histórica de incentivar as condições para uma agressiva disputa de espaços no mercado mundial. Aqui, ele vem com sinal trocado: se os setores pensantes da ditadura militar pretendiam uma estratégia de inserção *ativa* do Brasil na ordem capitalista em oposição aos devaneios de um desenvolvimento capitalista autônomo do período populista, o neoliberalismo propõe uma inserção *passiva* na nova ordem mundial em gestação.

O abandono de traços nacionalistas - a Lei de Reserva de mercado da Informática, o monopólio estatal do petróleo, as tarifas de proteção alfandegária, a abertura seletiva do sistema bancário - e a quebra do setor produtivo estatal nos ramos da siderurgia e da petroquímica, são expressões dessa transição de projetos que veio se operando no seio das classes dominantes locais.

São três as consequências da inserção do neoliberalismo neste contexto histórico de um país capitalista periférico em crise:

- A idéia de *nação* é dissolvida através da crescente exposição da economia aos fluxos do mercado mundial. A ênfase na coesão nacional é trocada pela idéia de *exclusão social*: a "nação" passa a ser apenas os setores assimiláveis pela modernização que viria apoiada na dinâmica do mercado mundial. Por isso, a ideologia neoliberal aqui é muito mais um projeto de dominação do que de construção de uma nova hegemonia no país.

- Como a direção do movimento do capital no mercado mundial tem sido da periferia para o centro, o projeto neoliberal produz à sua volta - como ocorreu em outros países latino-americanos - desinvestimento, recessão e desindustrialização. Os defensores locais do neoliberalismo superestimam as possibilidades de um investimento.

- Ao contrário dos países capitalistas centrais, onde incide sobre o sistema do Estado do bem-estar social, a aplicação das políticas neoliberais no Brasil, mais do que aumentar o grau já infamante de desigualdade, pode ser serenamente qualificado como uma socialização da barbárie.

É como o pasadelo de uma legião de lenhadores chamada a cortar árvores em um deserto.

Assim, à carga ideológica forte do neoliberalismo não corresponde nem um projeto viável de estabilização da dominação política, nem um caminho para a retomada do desenvolvimento capitalista, nem muito menos, elementos de coesão social.

4

- Como campo ideológico, o neoliberalismo apresenta uma interpretação do mundo e pressupostos para se intervir sobre ele. Articula uma totalidade de proposições, isto é, uma moral individualista, uma visão autoritária da política e uma ótica mercantil da economia.

A palavra *campo* incorpora a noção de que há várias "famílias neoliberais": uma que poderia ser chamada de "ideológica", que desqualifica qualquer tipo de intervenção do Estado sobre a economia (a partir das elaborações do Prêmio Nobel de Economia, Friedrich August Hayek); outra, qualificada de "realista ou pragmática", que reconhece as imperfeições do Estado e a necessidade de uma atividade reguladora limitada e circunscrita do Estado (a chamada Escola de Freiburg, a qual afirma-se filiar, entre outros, Delfin Neto); outras que combinam em diferentes tons, o apelo ideológico e a adaptação pragmática.

Apesar desta heterogeneidade, podemos captar alguns elementos-chaves comuns aos neoliberais: a idéia de *liberdade* (entendida prioritariamente no sentido econômico), a idéia de *desigualdade* (como produto inevitável da liberdade e condição para a eficiência), a idéia de *flexibilidade* (a expressão natural da liberdade e da desigualdade no domínio das práticas sociais: o capital e o trabalho devem ser livres para se movimentarem, não devem ser estritamente regulamentados pelo Estado).

O caráter farsesco das proposições neoliberais não resiste a um exame histórico. Há décadas o regime dos monopólios e oligopólios sobrepuja o "livre jogo das forças de mercado"; a flexibilidade de movimentos do capital é apenas um outro lado da moeda do constrangimento da força de trabalho; a desigualdade está em geral associada à restrição da liberdade.

Mais difícil é reconhecer que esta ideologia é forte porque representa - a partir de uma ótica burguesa - a realidade, articula elementos-chaves do real.

O neoliberalismo é forte porque é a expressão orgânica do sistema capitalista em sua fase madura e tardia, de sua capacidade de renovação tecnológica e articulação internacional, de sua flexibilidade e poderio.

Mas, sobretudo, alimenta-se do fracasso histórico das suas ideologias rivais, o estalinismo e a social-democracia. O discurso anti-utópico do neoliberalismo - a idéia de que todo o projeto consciente de "engenharia social" está fadado ao erro - apóia-se no fracasso da planificação burocrática. A crítica ao estatismo apropriou-se do descrédito amplo, das distorções e impasses da gestão reformista do Estado.

Produto de uma classe dominante madura, empenhada em se perpetuar, o neoliberalismo está longe de criar um mundo intelectual novo e promissor como foi o liberalismo clássico. É uma ideologia mais reativa do que criativa, mais crítica do que propositiva: não produz utopia, mas visa destruir esperanças coletivas.

A fábula das abelhas

Mais do que uma teoria econômica, o neoliberalismo propõe uma moral. A noção de que o homem é basicamente egoísta e age segundo critérios de maximização de seus benefícios próprios está na base do argumento de que o livre funcionamento do mercado é a melhor maneira de organizar a economia.

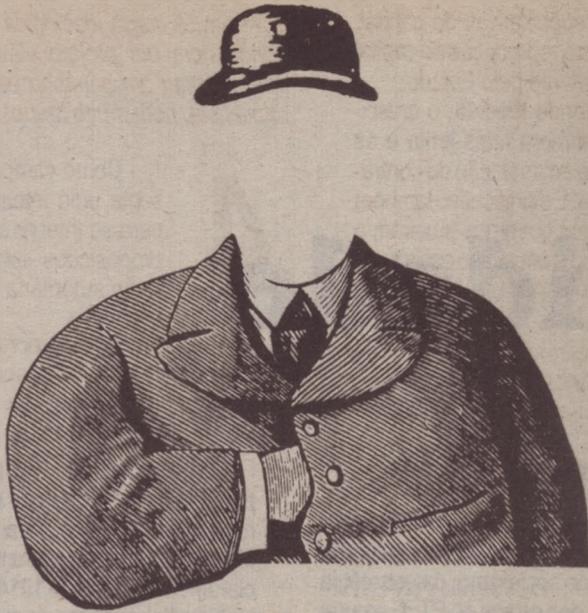
O precursor do liberalismo econômico é Bernard de Mandeville, médico holandês estabelecido em Londres, que publicou em 1714 uma obra destinada a fazer escândalo, a *Fábula das abelhas* ou *Vícios privados, benefícios públicos*. O tema desta fábula é simples: uma colmeia, espelho da sociedade humana, vive na corrupção e na prosperidade. Ela experimenta uma certa nostalgia da virtude e da caridade cristã e reza para tê-las de volta. Logo que as preces são atendidas, a colmeia transforma-se totalmente, já que, como vício, desaparecem a atividade e a prosperidade, substituídas pela inatividade, tédio e caos.

Para Mandeville, os "vícios privados" são o próprio fundamento da sociedade. A civilização resulta não

de nossas virtudes mas de nossos vícios, isto é, das necessidades naturais em nome das quais desejamos o bem-estar, o conforto, o luxo e todos os prazeres da vida.

A influência de Bernard de Mandeville sobre Adam Smith é clara. O tema central do livro *Riqueza das Nações* (1776), a idéia de que o egoísmo trabalha para o bem comum, é proveniente da *Fábula das abelhas*. Na *Teoria dos sentimentos morais* (1759), A. Smith opõe já a esfera geral dos "sentimentos morais" - fundados sobre a simpatia e a atividade econômica -, única atividade do homem onde não há necessidade senão de egoísmo. Smith critica, entretanto, Mandeville que chama vícios a desejos e gostos não condenáveis.

Para Adam Smith, é o interesse pessoal - uma "virtude inferior" e não um vício - que, sem se saber e sem se querer, termina por conduzir naturalmente uma sociedade ao bem-estar e à prosperidade. É a famosa "mão invisível", uma ordem econômica espontânea, fundada e mantida pelo interesse pessoal.



5

- O caráter farsesco da ideologia neoliberal assume entre nós quase a forma de uma perversão. Como se a política fosse a arte do esquecimento, os principais arautos do neoliberalismo de hoje são em regra os cúmplices da ditadura militar

de ontem, aqueles que promoveram a maior expansão do aparelho estatal na história do país. Na ausência de qualquer tradição liberal, o neoliberalismo ganha a forma predominante de um agressivo populismo de direita.

Mas a família neoliberal entre nós é vasta e uniforme. Formou a sua rede de "propagandistas" e "agitadores". Abarca desde a forma moderna e ilustrada da *Folha de São Paulo* até o circuito fechado e monolítico da Rede Globo. Por cima da multiplicidade das siglas dos partidos, conforma um mesmo discurso ideológico: do "choque de capitalismo" do "social-democrata" Mario Covas à apologia do mercado de um Roberto Campos, atraindo para si até um expoente do esquema brizolista, o deputado e economista Cesar Maia.

Frete a uma crise nacional de proporções tão vastas, para se popularizar o neoliberalismo tem que assumir uma carta crítica de forte explosividade. Como ideologia que tem a função histórica de bloquear e paralisar o potencial transformador do PT, ela se expande nas brechas do campo ideológico do adversário.

O elemento chave da ofensiva neoliberal é, sem dúvida, o filão da pregação anti-estatal. É aí que se pretende bloquear a luta democrática. É aí que a ideologia neoliberal funde-se com o senso comum popular e se enraíza. É aí que se pretende construir um ambiente propício a partir de uma nova funcionalidade estatal diante do capital - para uma retomada da acumulação.

Diante de um capitalismo problemático e que não foi historicamente capaz de resolver nenhum dos grandes problemas nacionais, é através da pregação anti-estatal que as classes dominantes fazem o elogi possível do mercado.

6

- É preciso penetrar na lógica que preside a pregação "anti-estatal" do neoliberalismo para enfrentá-la.

Os autores neoliberais demonstram uma desconfiança - ou mesmo um ódio - diante da política. Quase todos se referem, explícita ou implicitamente, à teoria do "mercado político", para dar conta da ineficácia do Estado. Esta teoria "parte da hipótese que os políticos e funcionários (...) são apenas e simplesmente indivíduos que maximizam sua própria utilidade individual (...). Para tomarem-se e continuarem políticos eles devem perseguir o princípio da maximização de votos e oferecer programas de impostos e de despesas que lhes fazem esperar a obtenção da maioria de votos. O programa de impostos e de despesas oferecidas promete uma modificação da repartição da renda, em detrimento das minorias". Ora, um tal mercado político "constitui um modo bastante imperfeito de revelar a preferência dos cidadãos", contrariamente ao mercado econômico que "é um meio de ajustar continuamente o montante e a natureza das despesas às preferências de todos os indivíduos." (*La liberté a refaire*, ensaios de Aftalion F., Claassen E., Salin P. et alli, ed. Hachette, Paris).

Assim, para alguns teóricos neoliberais (em uma versão muito aproximada do que veio a ser o fenômeno Collor no Brasil), é necessário dar um curto-circuito no mercado político e encon-

trar um líder "capaz de encarnar as qualidades necessárias para aceitar das dificuldades de curto prazo, mantendo os olhos fixos sobre a recompensa de longo prazo", para impor imediatamente após a tomada do poder "uma verdadeira revolução liberal".

No campo econômico, o neoliberalismo veta a ação produtiva do Estado mas aceita os grandes marcos de uma ação reguladora estatal diante do mercado (as regras básicas de seu funcionamento). Alinhava três fontes que fazem com que a atividade econômica do Estado seja intrinsecamente ineficaz:

- Ele é financiado por imposto, que é arbitrário, regido por princípios igualitaristas e fonte de rigidez do custo salarial;
- Ele efetua despesas igualmente orientadas pelo princípio igualitarista, improdutivas e que são origem de inflexibilidades econômicas e sociais;
- Ele ocupa posição de monopólio prejudicial ao funcionamento do mercado.

Assim, a defesa de um "Estado-mínimo" - isto é, com um menor grau possível de intervenção direta na atividade econômica - para os neoliberais não deve ser confundida com a idéia de um Estado fraco. A lógica da teoria neoliberal conduz a uma visão autoritária da política e à necessidade de um Estado forte, capaz de estruturar avenidas abertas para o deslanche do capital.

7

- Se o PT se opuser à lógica do mercado de uma posição estatizante em uma versão nacionalista, social-democratizante ou simplesmente reformista, ele estará caindo exatamente na armadilha neoliberal. Os "vícios da política", os limites e distorções da democracia representativa da "Nova Republica", a ineficiência, corrupção e clientelismo estatais não são invenções do neoliberalismo.

Para os socialistas, a luta pela democracia é a luta contra o domínio do capital, mas é também a luta contra o Estado. É a luta pelo *controle social*, somente possível por uma extensão infinita das liberdades democráticas, dos direitos humanos, do pluralismo político e de um poderoso disseminado processo de auto-organização de massas.

Por isso, são tão preocupantes os sinais de institucionalização da prática e da organização do PT e da CUT. Por isso, devemos criticar as teorizações que dissolvem a caracterização classista do Estado. Elas vão exatamente no sentido de incapacitar o nosso movimento de cortar os nós que a barreira ideológica do neoliberalismo cria à continuidade e aprofundamento da luta democrática.

É preciso defender as liberdades de organização partidária e o direito de voto conquistados. Mas esta defesa só ganhará coerência de vinculada à defesa de um outro tipo de Estado, de novas formas de representação e exercício de poder.

É preciso defender políticas de distribuição de renda. Mas isto só será viável na medida em que o próprio sistema produtivo e de financiamento estiver organizado fora da lógica do capital monopolista.

É preciso defender as empresas estatais de serem privatizadas. Mas esta defesa só ganhará a audiência popular se atrelada ao seu controle pelos trabalhadores, à correção de suas distorções em um novo modelo econômico.

O neoliberalismo, como ideologia coerente e internacional do capital, cobra também do PT a integridade de sua identidade socialista.

Os autores neoliberais demonstram uma desconfiança - ou mesmo um ódio - diante da política.

O neoliberalismo como ideologia coerente e internacional do capital, cobra também do PT a integridade de sua identidade socialista.

As fábulas da modernidade

João Machado

Desde o processo de preparação do 7º Encontro Nacional do PT temos tido uma polémica acalorada em torno das questões do socialismo, da estratégia da luta pelo socialismo, dos rumos do PT. É natural que haja tentativas de definir o que está em jogo neste debate, quais são suas clivagens básicas. Uma versão muito corrente é que esta discussão contrapõem principalmente "modernos" e "ortodoxos" ou "conservadores", os primeiros procurando renovar o pensamento socialista, os segundos aferrados a dogmas que faliram no Leste Europeu.

Uma das expressões mais nítidas desta maneira de apresentar as coisas foi o artigo de Augusto de Franco no boletim Linha Direta nº 12, de julho de 1990, da Direção Estadual do PT/SP. Comentando as polémicas em torno da resolução sobre o "Socialismo Petista", Augusto diz que as votações "invariavelmente dividiram o plenário em dois grandes campos: os da manutenção da tradição e o da renovação do ideal socialista. Essa polarização verificada no plenário do 7º Encontro Nacional não foi eventual ou ocasional. Ela expressa a existência, dentro do nosso Partido, de duas matrizes de pensamento e de ação revolucionários. Ou melhor: indica que ainda permanecem vivos e atuantes no PT os resíduos de uma concepção e prática políticas que, por trás da auto-qualificação de marxista, continuam baseados nos envelhecidos pressupostos filosófico-ideológicos da 2ª Internacional (do chamado "socialismo científico") e nos já impotentes fundamentos teóricos da 3ª Internacional (do chamado marxismo-leninismo). Indica, também, que sopra com grande força, dentro do PT, um vento renovador, predispondo o Partido a uma reflexão inovadora. Uma reflexão que, admitindo o marxismo como âmbito teórico válido para a análise da realidade social e para a formulação de caminhos de superação desta realidade, rejeita os mitos, os dogmas e os velhos esquemas doutrinários das ideologizações estalinistas e trotskistas do marxismo, sem perder a perspectiva revolucionária de construção do socialismo". Um pouco mais adiante no mesmo artigo Augusto diz que o 7º Encontro representou um "ponto de inflexão na trajetória partidária", e que "para enfrentar os desafios (colocados pela nova era da luta pelo socialismo na qual estamos entrando) torna-se necessário, além de refutar os supostos modelos políticos e econômicos do chamado "socialismo real", que nos desvencilhemos decidida e corajosamente das concepções que legitimaram e nas quais se inspiraram estes modelos".

Esta interpretação do debate que estamos travando falseia completamente os seus termos.

A primeira questão a considerar é a da base de toda a argumentação de Augusto: a da unidade teórica e prática entre "socialismo científico", "marxismo leninismo" e estalinismo. É correto juntar tudo isto?

Não. Ainda que possam existir similitudes formais, por exemplo, entre o marxismo positivista dominante na 2ª Internacional e a doutrina estalinista da legitimação da dominação burocrática, cada um destes termos corresponde a um fenómeno histórico específico. Ainda que compartilhem da preocupação de Augusto de demarcar campo com as formas de pensamento mecanicistas, reducionistas e naturalistas presentes no interior do movimento socialista, é um simplismo deformador colocar um sinal de igualdade entre o fundamento teórico-filosófico de cada uma delas.

O que Augusto chama de "socialismo científico" (o marxismo dominante na 2ª Internacional) constituiu-se sob inspiração de Kautsky e Bernstein na década de 1880, operando uma distinção radical entre a teoria "científica" de análise da sociedade, isenta de valores de classe, e a doutrina política socialista, expressão da defesa dos interesses do proletariado. Era um marxismo profundamente influenciado pelo positivismo, a visão de mundo dominante nos círculos intelectuais daquela época.

O marxismo que vai se desenvolver, enquanto corrente particular, na Rússia nas duas décadas de século (a partir da revolução de 1905/7) vai gradativamente se dialetizando. A filosofia subjacente ao pensamento de Trotsky e de Lenin (muito claramente a partir de 1914) pode ser considerada muito mais de inspiração hegeliana do que positivista. Isto fica muito mais claro nos primeiros anos da 3ª Internacional, onde se desenvolvem obras como as de Luckacs (História e Consciência de Classe é a expressão maior desta tendência). A articulação entre as categorias básicas do marxismo russo (ou os "fundamentos da 3ª Internacional") é essencialmente diferente do pensamento kautskista: a concepção de ciência "partidária", a concepção do proletariado como sujeito da história, a revolução como locomotiva da história, a eliminação da doutrina como mediação entre a teoria e a prática, etc. Naturalmente, esta concepção é datada, é fruto de um momento histórico cujos limites já são hoje por demais evidentes - e eles se situam antes de mais nada na concepção de história ainda muito influenciada pela revalorização de elementos metafísicos de inspiração hegeliana.

O estalinismo, por fim, apresentando-se como "Marxismo-leninismo", representa outra realidade histórica profundamente diferente, que não pode ser, em hipótese alguma, identificada como uma forma de marxismo. É uma ideologia legitimadora da dominação burocrática, da exploração e opressão, oposta à luta pela emancipação humana, à subversão da ordem.

A reivindicação de seu caráter "leninista" é formal. A experiência política de Lenin nunca tinha sido objeto de uma codificação doutrinária, nem mesmo nos primeiros congressos da 3ª Internacional. O leninismo surge, pela primeira vez, em 1924, nos funerais de Lenin, pelas mãos de Bukharin, Stalin e Zinoviev, sucessivamente, como instrumento para a luta contra Trotsky. Fazia parte da legitimação do estalinismo apresentar-se como continuador de Marx e Lenin. O estalinismo está para o marxismo ou para o leninismo como a Santa Inquisição está para o cristianismo subversivo, igualitário, libertador, dos primeiros cristãos.

Ventos renovadores

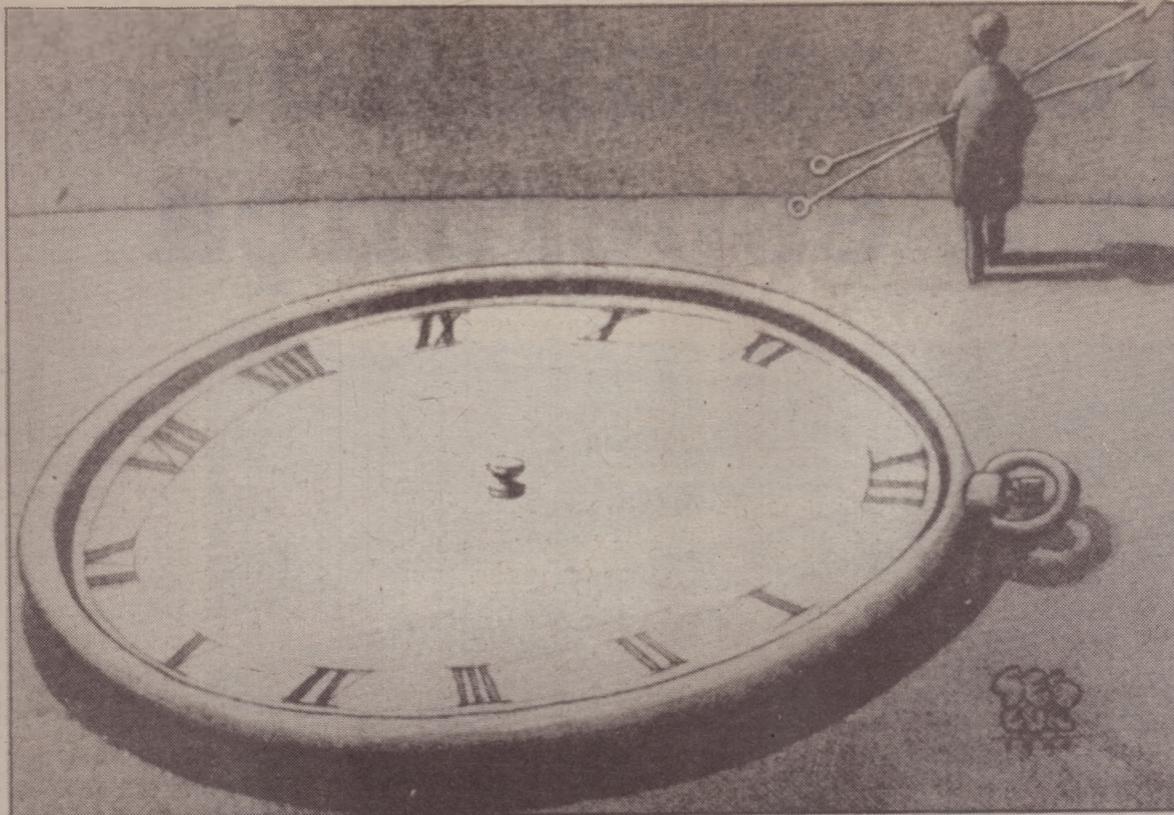
Com relação ao segundo elemento básico da argumentação - a de que este pensamento "socialismo-científico-marxismo-leninismo" (estalinismo) tinha uma grande influência no PT, a ponto de ser necessário haver uma "inflexão" e "fortes ventos renovadores" para mesmo assim sobrares muitos resquícios, temos de discordar com mais força.

É verdade que o estalinismo influenciou grande parte da esquerda. É verdade também que muitos quadros importantes do PT tiveram formação política no velho PCB ou em organizações saídas dele. Mas os quadros que vieram para o PT foram justamente os que já tinham pelo menos começado a romper com isto, individualmente ou nas suas organizações revolucionárias anteriores. Aliás, uma das coisas que explicam porque foi possível o PT se formar e se desenvolver como aconteceu, além do desenvolvimento do sindicalismo autêntico e da Igreja popular, foi justamente o fato de que, por influência da revolução cubana, entre outros fatores, desde os anos 60 vinha se formando uma "nova esquerda" no Brasil (que não tem nada a ver com a atual "Nova Esquerda"). Foi esta "nova esquerda" em ruptura como reformismo estalinista que veio para o PT, fundamentalmente.

De outra maneira não seria possível entender o PT. Todo o eixo básico de desenvolvimento do PT, desde a preocupação com a auto-organização dos trabalhadores, passando pela independência política de classe, e pela visão pluralista e democrática de construção partidária, está nos antípodas do estalinismo.

É verdade que havia influência de concepções estalinistas no PT, que nem sempre as conquistas do partido mencionadas foram aceitas tranquilamente, que durante algum tempo se elevou a sério um curso de quadros feito na muito estalinista

É completamente insustentável a versão corrente de que o debate hoje no PT contrapõem principalmente "modernos" e "ortodoxos ou conservadores", os primeiros procurando renovar o pensamento socialista, os segundos aferrados a dogmas que faliram no Leste Europeu.



Alemanha Oriental (por pouco tempo, e com poucos quadros, é bom dizer). Mas isto nunca foi o fundamental do partido, nunca predominou (e não apenas por pressão de tendências minoritárias no PT: nunca predominou tampouco na tendência majoritária).

Talvez a concepção de origem estalinista que tenha tido mais força no PT tenha sido a da existência de um "campo socialista", o que levava a reduzir as críticas ao Leste Europeu. Esta concepção foi compartilhada por muitas organizações revolucionárias que já tinham uma oposição de fundo ao estalinismo em outros terrenos. Aqui sim: esta concepção foi totalmente fulminada pela crise do Leste Europeu, e no distanciamento com relação a esta concepção sim é possível dizer que o 7º Encontro representa um ponto de inflexão. Mas é importante levar em conta que o "campismo" nunca existiu em estado puro no PT, e não devemos exagerar esta mudança.

Clivagem Básica

Se o que estivesse ocorrendo agora fosse apenas o fim do "campismo", isto não justificaria todo o barulho em torno da "renovação". O que está ocorrendo, então, e qual a clivagem fundamental no debate?

Acho que podemos dizer que, se não era justo dizer que no PT predominavam concepções ou resquícios do estalinismo que foram fulminados pela crise do Leste, e que por sua influência direta no PT só não se justificaria todo este debate, o quadro era distinto a nível internacional. As burocracias estalinistas do Leste Europeu representavam sim a principal referência "socialista" para a grande maioria das pessoas, e sua queda para esta grande maioria coloca em cheque a própria noção de socialismo. Abre-se a possibilidade de uma forte ofensiva conservadora, burguesa, neo-liberal, sobre este tema do "fim do socialismo". É da burguesia a iniciativa de apresentar o pensamento socialista como uma coisa "antiga", ultrapassada.

Isto significa uma grande pressão sobre a esquerda, no seu conjunto. É aí que a confusão entre Leste Europeu e estalinismo, de um lado, e pensamento marxista ou leninista, de outro, causa maiores estragos.

A situação é mais complicada ainda porque vários setores de esquerda viviam uma crise anterior à derrocada das burocracias do Leste Europeu. Um caso exemplar é o do ex-PRC brasileiro, atual "Nova Esquerda". Esses companheiros tentaram superar seu anterior estalinismo (eram originários do PC do B) com a formulação de uma espécie de ultra-leninismo bastante estreito, resumido de forma impressionante na definição dada por um dos seus dirigentes em 1986 de partido leninista: "Uma organização normalmente clandestina, relativamente pequena, com normas de funcionamento e atividades baseadas no centralismo democrático." (Adelmo Genro Filho, in *Contra o Socialismo Legalista*)

E natural que com esta visão do partido normalmente clandestino, relativamente pequeno, os companheiros do PRC se chocassem com toda a dinâmica de construção de um partido de

massas no PT, não a compreendessem, e vivessem sucessivas crises, com cada congresso do PRC mudando a linha anterior. Sem poderem viabilizar o "seu" leninismo, os companheiros do PRC que optaram pela "Nova Esquerda" abandonaram todo leninismo. Já viviam uma crise que foi sobredeterminada pela crise do Leste e pela ofensiva conservadora.

Clássico e Moderno

Assim, o que está acontecendo no PT não é um esforço dos "renovadores" para superarem velhos dogmas e mitos (o que certamente sempre é positivo); o que está ocorrendo é que junto com o abandono de dogmas e mitos, muitos companheiros estão abandonando conceitos que não só não tinham nada a ver com o estalinismo ou as burocracias mas são indispensáveis para a prática revolucionária, como, por exemplo, a noção de "classismo" (que está na base da formação do PT), de imperialismo ou de ruptura revolucionária.

Várias das idéias dos "renovadores" apresentadas como modernas, são, na verdade, bastante antigas, retomam temas e argumentos do clássico debate reformista que dividiu a II Internacional desde o final do século passado até 1914. A crítica à metafísica e ao determinismo que estariam inevitavelmente presentes nos fundamentos do marxismo, a idéia da passagem ao socialismo por meio de um processo onde os momentos de ruptura são relativizados, a defesa da possibilidade de democratização do capitalismo e do Estado por dentro dele, a noção de uma ética socialista que pairaria acima das classes, a crítica ao classismo são todos temas fatalmente desenvolvidos pelas alas reformistas da II Internacional, muitas vezes com um nível e coerência superiores à forma como hoje são apresentados no PT.

A idéia de que a ruptura com os dogmas e mitos antigos são o grande divisor de águas, o principal desafio colocado hoje ao PT, é tampouco sensata. É absurdo supor que o dogmatismo, o apego a tradições passadas, o monolitismo sectário sejam dominantes na história do PT. As tendências dogmática foram sempre muito minoritárias entre os petistas. O contrário a esta tese é muito mais próximo da realidade: há poucos registros, na história, de um partido tão plural, sem dogmas, aberto as mais diferentes influências políticas como o PT.

A ênfase na necessidade da "renovação" em nosso debate é válida em uma outra dimensão, ou seja, a de que o pensamento marxista revolucionário está hoje tensionado a interpretar as grandes mudanças que estão ocorrendo no mundo e no país como base para avançar o programa e a nossa estratégia.

A discussão no 7º encontro do PT foi bastante confusa e, até agora, não podemos dizer que está inteiramente clara. Não é muito fácil, desta forma, apontar uma clivagem básica, quais os dois "grandes campos que se opunham". Mas o que está colocado, e tende a expressar-se de maneira mais nítida, é a clivagem entre um pensamento revolucionário e um pensamento que se adapta às pressões da ofensiva conservadora e que assim chegaria, no máximo, a uma visão reformista. □

Várias das idéias dos "renovadores" apresentadas como modernas são, na verdade, bastante antigas. Retomam temas e argumentos do grande debate reformista que dividiu a II internacional desde o final do século passado até 1914.

Novos caminhos para a esperança



José Dirceu fala ao EM TEMPO da crise do PT e dos desafios que o o 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores tem a enfrentar.

ET: Na relação do PT com a tradição socialista, entendida de uma maneira plural, o que você acha que deve ser conservado, o que deve ser criticado e o que deve ser superado no sentido de que as respostas até agora dadas são insuficientes?

Dirceu: Eu acredito que a própria origem, o nascimento do PT, o manifesto, o seu programa nos dão uma indicação sobre isso. O que devemos ter como permanente é a luta contra a exploração do homem pelo homem, a luta pela democracia, a luta pela defesa dos trabalhadores, do seu direito à cidadania, do seu direito de participar da definição da forma de organizar a produção, de participar como sujeito na produção e ser automaticamente beneficiado na distribuição da riqueza. Então, nós lutamos contra a apropriação da produção social das riquezas pelas classes que tem a propriedade privada dos meios de produção, contra o monopólio político da direção da sociedade, ou seja, contra um Estado de classe. E lutamos por outras bandeiras da humanidade que estão de certa forma sintetizadas nos direitos que são o direito à liberdade, à organização político social, à manifestação, à expressão, o direito ao auto-governo, o direito à rebelião, o direito à sindicalização, o direito de greve. São direitos que nós devemos ter sempre em vista.

A tradição do movimento socialista internacional tem no meu entender duas vertentes. Tem uma vertente estalinista que o PT de certa forma já nasceu rompendo com ela, não só com a ortodoxia marxista que o PCB representava, o modelo de partido que o PCB representava que sempre foi neo-estalinista. O PT defendeu o pluripartidarismo, a alternância de governo, as eleições diretas como forma de substituir o governo.

A outra variante, é uma variante que necessita de uma discussão mais aprofundada. Porque as bases do fracasso da experiência socialista, na Europa Oriental, na URSS, na China e mesmo os problemas que enfrenta a Revolução Cubana, elas tem que ser vistas numa concepção de partido, Estado e de revolução, que foram de certa forma se cristalizando, não só no estalinismo mas no pensamento marxista em geral, que levou podemos dizer, ao determinismo, ao voluntarismo, e a uma idéia um pouco messiânica sobre a classe trabalhadora e sobre o socialismo.

A estatização e a organização dos Estados sob partido único, imprensa oficial, universidade sob controle, entidades sociais como sindicatos, associações de mulheres, de jovens sob controle do partido e do Estado, esta concepção um pouco cientificista da sociedade levou também a todos estes erros.

Aí é o grande desafio, porque se nós preservamos o socialismo, a luta contra o capitalismo, a luta por uma sociedade socialista, e se nós resgatamos e queremos radicalizar a luta pela democracia, que já foi até uma bandeira da burguesia, nós temos que apresentar uma política com relação à democratização da sociedade: uma nova concepção de Estado democrático, e uma política econômica de transição do capitalismo como ele se apresenta no Brasil, para uma sociedade socialista. E este é o desafio, se não é o modelo estalinista, burocrático, qual é este modelo?

O que o PT tem como desafio pela frente é ser capaz de formular uma teoria geral do Estado democrático e uma política econômica para a transição desta economia monopolista que nós temos, excludente, dependente, desta economia que tem trazido destruição do meio-ambiente, desigualdades sociais, não tem conseguido desenvolver as forças produtivas nos últimos anos, tem trazido crises inflacionárias, na prática sucateou os serviços públicos no Brasil, não tem criado emprego, não tem sido capaz de manter o aumento da produtividade na economia, por uma outra economia democrática que atenda as necessidades sociais, que seja capaz de distribuir riqueza, que seja capaz de aumentar a produtividade e que coloque sob controle da sociedade os fundos sociais, que coloque sob controle da sociedade o excedente social.

Até agora toda experiência que os capitalistas permitiram aos trabalhadores aumentar sua participação seja na renda nacional, seja no excedente social, através de salário ou através de direitos sociais, foi feita em países imperialistas. E foi feita através de lutas de décadas dos trabalhadores para obterem estas conquistas, que estão sendo colocadas em cheque agora na Europa Ocidental. Nos EUA elas nunca existiram, pois o Estado do Bem Estar Social de grande parte da classe trabalhadora advém muito mais do alto grau de crescimento econômico que o país teve e da hegemonia que o país conquistou, militar, econômica, tecnológica, sobre o mundo, a partir de sua política imperialista.

Eu me inscrevo entre aqueles que negam a ditadura do proletariado, entre aqueles que negam a estatização da economia por decreto, estou entre aqueles que negam que possa existir democracia só para os oprimidos, para os trabalhadores.

Ao mesmo tempo me inscrevo entre aqueles que negam que possa haver uma evolução, possa haver um caminho pacífico, possa haver uma substituição do capitalismo por uma outra ordem econômico-social através da luta institucional-parlamen-

tar. Até a própria experiência da Europa Oriental, das revoluções contra os governos totalitários, dos governos do-minados por burocracias, de partido único, demonstra a necessidade do enfrentamento social, da organização dos trabalhadores, da força organizada dos trabalhadores, combinada com a luta institucional com a propaganda, com a luta cultural. As revoluções são feitas através de grandes movimentos sociais; não se pode conceber as revoluções através de eleições, através de medidas parlamentares, ainda que as eleições e as medidas parlamentares possam fazer parte de um processo de revolução política.

ET: Como você se situaria na polêmica sobre a história do movimento operário e do marxismo que vem se desenvolvendo no PT?

Dirceu: Eu diria que não me inscrevo na corrente democrata que muitos criticam dentro do PT, no sentido que acabam esquecendo da luta de classes, acabam esquecendo da realidade histórica das revoluções, mas também não me inscrevo entre os saudosistas, entre os ortodoxos, que de certa forma sob o verniz de um discurso anti-estalinista e anti-burocrático, na verdade reproduzem a mesma concepção, o mesmo modelo que levou o socialismo a esta derrota.

ET: O 5º e o 6º Encontro aprovaram um conjunto de resoluções que formou uma espécie de arco político sob o qual o PT pode se apoiar durante um momento político muito importante da luta política no Brasil, as eleições presidenciais, inclusive disputar a hegemonia na sociedade e movimentar forças sociais muito amplas; depois com a eleição de Collor, com a crise do socialismo a nível internacional, podemos dizer que há um certo cerco ideológico ao PT. O próprio Lula tem manifestado algumas vezes que o PT está perdendo a luta ideológica. Quais seriam os temas fundamentais sobre os quais os petistas deveriam se debruçar, do ponto de vista programático, estratégico, organizativo, no sentido de furar este cerco que estamos vivendo hoje?

Dirceu: Eu acho que o 1º Congresso do partido, o 8º Encontro, ele tem que em primeiro lugar fazer um balanço destes 11 anos de existência do PT.

Ao mesmo tempo em que fazemos este balanço dos 11 anos é preciso enfrentar os desafios do PT. O primeiro desafio é pensar um novo regimento interno, sua forma de organização, de direção do PT, com o objetivo de democratizar o partido, ampliar sua base de filiados, e de criar formas alternativas de organização e profissionalizar o partido.

Eu sou daqueles que defende que o PT precisa de profissionalização de sua estrutura de direção, de sua estrutura de funcionamento, e de uma organização de base ao mesmo tempo. O partido não pode enfrentar a luta de classes no Brasil, os desafios da transformação social no Brasil, da luta contra o Plano Collor, que é uma luta defesa do salário e do emprego dos trabalhadores, em defesa da democracia, de aumentar o grau de organização sindical, social em geral dos trabalhadores, o desafio de administrar cidades, de formular um programa socialista para o Brasil, se não constituir simultaneamente uma estrutura profissional e ter uma organização de base, de militância de luta, aguerrida, unificada, que seja uma força social que atue como um elemento importante no movimento sindical, popular, agrário, estudantil, nos movimentos sociais, e na disputa política institucional, através das prefeituras, dos governos e dos parlamentares.

Portanto, um partido que não tem um instituto de economia, uma estrutura de administração informatizada, um partido que não tem um jornal, que não tem capacidade de formação política, um partido que não tem um sistema de gestão financeira, não tem futuro no Brasil. Porque é muito difícil, quase impossível, querer enfrentar a luta política no Brasil sem estas condições.

Por outro lado, o PT tem uma questão fundamental que é a construção da utopia, de um projeto de sociedade para propor ao país. Aí eu acho que o PT precisa fazer uma volta a suas origens e um resgate de seu manifesto, e deve apresentar para a sociedade brasileira, um projeto de Estado democrático e um projeto de economia democrática. O PT não deve pensar em apresentar, para a sociedade brasileira um projeto de como será a sociedade socialista, e sim, um projeto que arranque a sociedade brasileira da crise em que vive, que coloque para a sociedade brasileira um programa de governo, que venha ser um instrumento da campanha de 94 à Presidência da República, e seja ao mesmo tempo um instrumento para a unificação política e ideológica do partido. E isto tem que estar relacionado com o debate sobre a democracia e o socialismo.

ET: E em relação à presença institucional do partido, em especial as Prefeituras? Este é um dos elementos de crise do PT?

Dirceu: O PT enfrenta o desafio de dar uma resposta para a questão do poder. O PT é governo, governa 22 milhões de brasileiros e brasileiras, quase 40% do PIB do país, e isto está sendo um problema para o partido como nunca visto. Nem na época da Lei de Segurança Nacional, dos desafios iniciais de filiação, de enfrentar a burocracia da legislação, nem na época de 82 após a derrota eleitoral, nem no isolamento pelo Colégio Eleitoral, nem depois do Plano Cruzado, o partido enfrentou um momento tão difícil como este que estamos enfrentando.

A falta de referencial internacional com a crise do Socialismo, o problema do enfrentamento do cerco, das dificuldades, da falta de experiência, dos erros nas administrações municipais, da falta de relação, contato e entendimento com o partido, da descrença na militância que atua nos movimentos sociais por causa da incapacidade das administrações atenderem as reivindicações dos movimentos. Por outro lado o ressentimento dos prefeitos com o partido e com a militância, que se consideram abandonados, não apoiados, criou um situação de crise, como esta última crise em São Bernardo.

Enfrentar a questão do balanço e da reorganização do partido, enfrentar a questão do socialismo e apresentar uma proposta para a sociedade, de um Estado e de uma economia democrática e socialista no Brasil, enfrentar o problema do governo que o PT é, e, por fim, o problema das prefeituras petistas, são as tarefas do partido para estes próximos quatro anos.

Não acredito em soluções milagrosas, em soluções rápidas para os problemas e as crises que o PT está enfrentando, porque precisamos mudar a qualidade do partido, das direções, precisamos, realmente, reavaliar a política do partido.

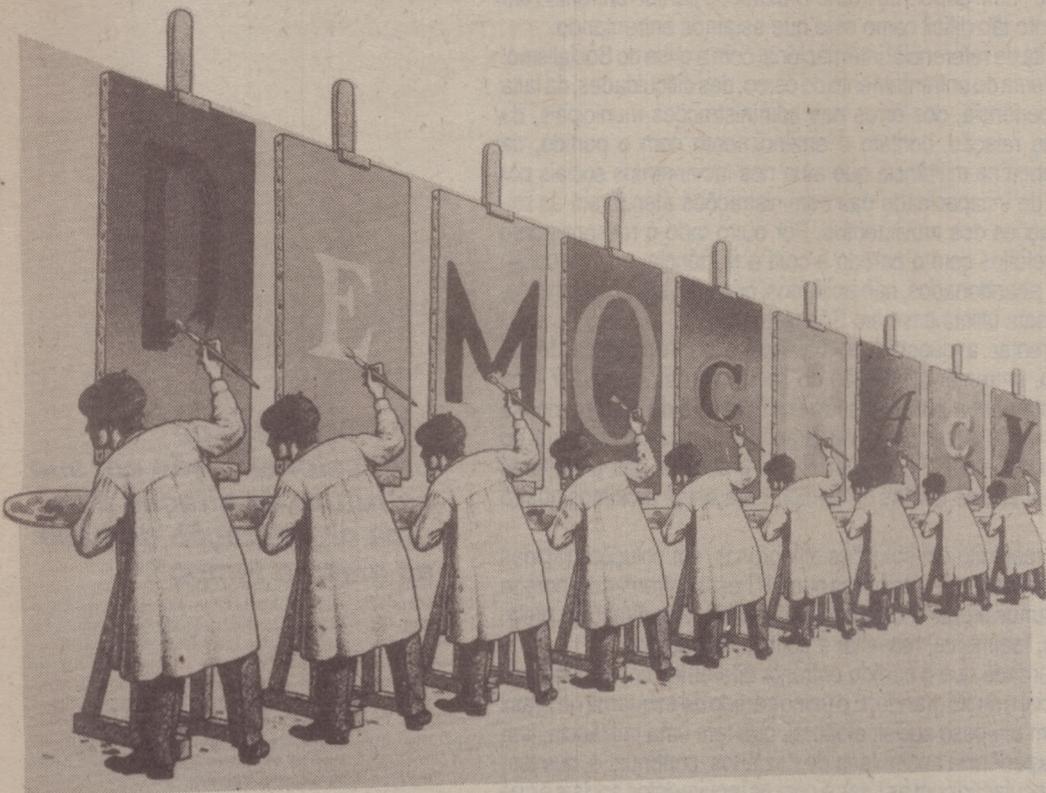
É verdade que o partido enfrenta diferentes crises, mas seu potencial é muito grande. É o único partido de esquerda no Brasil que tem um peso social, eleitoral, que tem uma militância, tem uma experiência acumulada de dez anos, contínua, e, que tem uma vinculação com as lutas e com os movimentos sociais e que dispõe de um alto grau de credibilidade muito grande na população. Este partido que é um símbolo e uma esperança da sociedade. Sou otimista neste sentido, mas sou bastante realista diante das dificuldades a enfrentar e das tarefas que temos pela frente. □

“Um partido que não tem um jornal, que não tem capacidade de formação política, não tem futuro”.

“O PT precisa de profissionalização em sua estrutura de direção e de uma organização de base ao mesmo tempo”.



Democratizar o Estado ou iludir o povo?



Ronald de Oliveira Rocha

O que mais choca na prédica democratizante que os reformadores dirigem ao poder estatal é a inexistência de uma reflexão teórica sobre a sua particularidade estrutural e funcional de classe e não à "verdade" moral e à universalidade abstrata que

fundam o consenso. Transformam-no em simples correlação de forças; no terreno supostamente neutro onde os atores disputariam a supremacia; na "coisa" cujo conteúdo capitalista ou socialista seria dado pela hegemonia intelectual estabelecida. O doutrinário inspirado no Direito Constitucional positivo desagra a totalidade categorial do Estado burguês e oculta sua face mais perversa: a dimensão ditatorial.

É precisamente tal "detalhe" que o socialismo liberal, não consegue suportar na crítica marxista do Estado. Tolera, é bem verdade, o Gramsci domesticado à maneira social-democrata pelo PCI, ignorando que, nos *Cadernos do Cárcere*, o próprio Parlamento - onde os ideólogos burgueses festejam o exercício da soberania popular e o Estado formalmente se democratiza - é visto como instituição capaz de fazer "com que a força apareça apoiada no consenso da maioria". Decerto nenhum revolucionário, sobretudo posteriormente à tragédia do Leste Europeu, deve se furtar ao balanço das realizações teóricas dos clássicos e das formulações estratégicas do movimento socialista, sem o apego a supostas verdades intocáveis. Mas o dilema fundamental não reside na busca sôfrega da diferença intelectual como se os conceitos apenas se mantivessem na condição de dogmas; como se a crítica moderna fosse o culto pós-moderno do acortecendo.

Proezas notáveis

O problema principal - não porém o único - está em saber: o Estado, sob o capitalismo, continua tendo uma particularidade burguesa e possuindo um monopólio coercitivo a despeito das mudanças ocorridas?

Há quem responda negativamente. Não é por outro motivo que, guardiões da modernidade, abraçam o arcaísmo da crítica jusnaturalista ao Estado; proclamadores da ultrapassagem do marxismo, recuam à ortodoxia pré-leninista de Bernstein; sorvedores acrílicos das contribuições do pensamento contem-

porâneo, dissolvem a singularidade da política nos imperativos éticos, na pragmática moral e na imaginação radical, como já o fizeram Ágnes Heller, Habermas e Castoriadis.

Não pode haver uma posição de princípio frente ao poder da classe dominante a não ser afirmando a negatividade da política socialista. Em outras palavras, reconhecendo a pertinência de certas expressões um tanto *démodées* e demasiadamente chocantes para o "espírito do tempo": crítica, ruptura, destruição do Estado.

Trata-se, em nível da mediação transitória, de opor à mera instrumentalização do velho poder a criação de um novo, e como propósito humano-universal, de opor ao simples progresso moral do Estado o fim de todo e qualquer Estado. A concepção unilateralmente positiva é a concepção burguesa da política, pois opera no interior dos valores dominantes e renuncia de antemão a violar as legalidades constituídas. Preocupa-se apenas em administrar e melhorar a ordem, supondo monitorá-la rumo à justiça social e procurando se credenciar como algo equilibrado, realista, responsável.

O que poderia significar, afinal, a "democratização do Estado", conceito referente a uma totalidade irreduzível à formalidade legal e mesmo ao regime político? Uma versão é apresentada pelos companheiros José Genoíno e Tarso Genro em artigo na *Folha de São Paulo*, 21/11/90. Evitar a sua "decadência"? Porém a burguesia já o faz com mais eficácia, zêlo e convicção do que o movimento operário. Em nível estratégico, os socialistas, ao defenderem a organização dos trabalhadores em classe dominante, isto é, ao pretenderem criar a condição política fundamental para uma democratização real do Estado, desejam precisamente inaugurar o seu trânsito à universalidade e, portanto, a sua "decadência". Evitar a "deterioração ainda maior das funções do Estado"? Se forem as funções repressivas, que deteriore. E "aquelas que se referem à distribuição da justiça"? É preciso dizer que se trata da justiça do capital, balizada, segundo uma expressão de Marx, o "direito da desigualdade". Ou poderiam ser "as que buscam a viabilização de políticas públicas que tenham um mínimo de universalidade? Mas sob o jugo burguês, onde a escravidão assalariada se generalizou, as "políticas públicas" só podem ser universais caso reproduzam a força de trabalho enquanto mercadoria e as relações de produção capitalistas.

Ou se trataria, quanto às forças armadas, de eliminar "o seu poder de intervenção na sociedade"? Que proeza notável: convencer a classe dominante e os generais de que o aparato policial-militar deve ser mero espectador da luta de classes e da revolução social! Instituir formas de "controle da burocracia"? É difícil acreditar que o assunto seja o Estado burguês contemporâneo militarizado, radicalmente estranho à sociedade civil, um ente incontrolável pelo povo. "Regime parlamentar" com "sistema distrital misto"? Não passa de mudança na forma de governo seguida de uma consagração legal do paroquialismo, onde o princípio democrático-representativo de "um eleitor um voto" é negado pelo critério majoritário-estabilizador, ainda que atenuado pelo hibridismo. O "controle da sociedade sobre as empresas estatais"? Ora, são unidades capitalistas, ainda que propriedades do Estado. Como democratizar a relação capital-trabalho, sobretudo aumentando sua "rentabilidade econômica" e "sua capacidade de modernização", vale dizer, elevando a composição orgânica do capital, a taxa de mais valia e por via de consequência, o nível de opressão no interior da indústria? O criativo mesmo seria colocar as relações de produção capitalistas a serviço da "eficácia social" e "de um desenvolvimento harmônico", criando um capitalismo inusitado.

Reformas e ilusão

Este rol de equívocos "é que pode caracterizar o ingresso da vida de um partido numa etapa superior, capaz de se colocar como alternativa de governo capaz de governar"? De fato, um partido socialista deve ser capaz de governar sob o Estado

A reforma do Estado proposta por Genuíno e Tarso é muito tímida. Falta-lhe o democratismo radical e o sentido social mais profundo. Não se distingue de uma vaga e antidiluviana plataforma liberal.

burguês. Mas, para ser revolucionário, deve também se propor a fundar um novo Estado. Para tanto, precisa cultivar a razão política e falar a verdade para o povo, por menos positiva e mais dura que respectivamente seja. Como generalidade abstrata, elemento globalizador de quaisquer reinvidicações populares e centralidade estratégica, a "democratização do Estado" expressa um equívoco teórico e boa dose de ingenuidade política, para dizer o menos. Fonte das expectativas falsas e ilusória, irrealizável sob o capitalismo, presta como palavra de ordem um desserviço ao movimento socialista, mesmo que imbuída de boas intenções.

Claro está que não se deve negar ou mesmo subestimar as exigências parciais, sobretudo quanto a disputa contra-hegemônica dominante da estratégia. A luta por reformas, ao mesmo tempo em que representa um esforço na melhoria das condições de vida para os seres humanos sob o capitalismo, educa politicamente as classes populares; coerente, coloca em marcha e organiza o bloco histórico revolucionário; e constrói a base de massas do movimento socialista.

Nesta perspectiva, é preciso ter posições claras sobre as questões candentes da disputa político-institucional referidas por Genoino e Tarso. Reinvidicar o fim da tutela militar sobre a sociedade civil e as próprias instituições estatais. Medidas antimonopolistas e anticlientelistas no campo da imprensa escrita, falada e televisionada. A implantação do Parlamentarismo, acompanhada pelo aprofundamento da autonomia federativa, o unicameralismo, a mais ampla liberdade partidária e a radicalização do sistema eletivo proporcional com o voto por listas e a isonomia representativa. Os direitos democráticos nas estatais em níveis sindical e de acesso da sociedade civil para que os trabalhadores possam melhor resistir ao incremento da exploração e da opressão inerentes à mobilização pública contra os favorecimentos aos oligopólios privados. A democratização formal da justiça e medidas que facilitem o acesso mais amplo e rápido por parte das massas.

Porém, tal plataforma - já evidentemente aliviada de formulações ordeiras e quiméricas - jamais será obtida por meio de uma disputa centrada em um Congresso hiper-conservador, surdo aos argumentos da esquerda e insensível perante os sofrimentos do povo. Só pode ser factível como vitória de um amplo movimento de massas com epicentro exterior ao Congresso Nacional. Mesmo assim, implicaria o aprofundamento democrático em nível do regime político, mas o Estado manterá, ainda que fosse implantada *in totum*, o monopólio da coerção e uma dimensão essencial de classe, isto é, continuaria sendo uma ditadura burguesa na sua particularidade.

A bem da verdade, a reforma de Genoino e Tarso é muito tímida. Falta-lhe o democratismo radical e um sentido social mais profundo. Confunde-se com as propostas dos políticos burgueses de perfil liberal-reformista. Seu discurso, de cunho estratégico, é mais apropriado a uma aliança democrática e progressista permanente com segmentos burgueses do que à constituição do bloco histórico revolucionário. Se é para estabelecer novas legalidades, onde estão os direitos políticos e sindicais dos soldados, cabos e sargentos? A estatização do sistema bancário? As mudanças nas leis de greve, sindical, salarial e previdenciária? Os dispositivos que permitem desapropriar os latifúndios e realizar medidas de reforma agrária? As iniciativas legais que tocam na remessa de lucros e no escândalo da dívida externa? Não cabem - como tantas outras, pela sua enorme importância - na ligeira, genérica e solitária referência às "reformas sociais voltadas para a distribuição de renda" - só a renda? - perdida em uma linha de parágrafo final. Ao que parece, a moderna "reforma do Estado" não se distingue de uma vaga e antediluviana plataforma liberal. Lembra mesmo aquele misterioso "coelho" de que falou o companheiro Wladimir Palmeira em sua réplica na *FSP*, 12/12/1990.

Fantasma e sombra

A tréplica de Genoino e Tarso na *FSP*, 19/12/1990, ao tentar justificar o enfoque unilateral, só faz confirmá-lo: "É importante lembrar que o nosso artigo é fundamentalmente sobre a reforma do Estado". Ora, o Estado não é, como alguns conceituam, suficientemente amplo para envolver as instituições privadas de hegemonia, mas também não se retrai ao ponto de prescindir do Direito. Se o "artigo é fundamentalmente sobre a reforma do Estado", porque, então, não se propôs a reformar uma série de leis especificamente anti-operárias, anti-camponesas e anti-nacionais, além de outras no campo democrático-geral, fundamentais para o movimento popular?

Já ficou claro que a personagem ausente da "política positiva" são as massas populares. Não aparecem como agentes da luta, reformas institucionais e muito menos na práxis que produz as

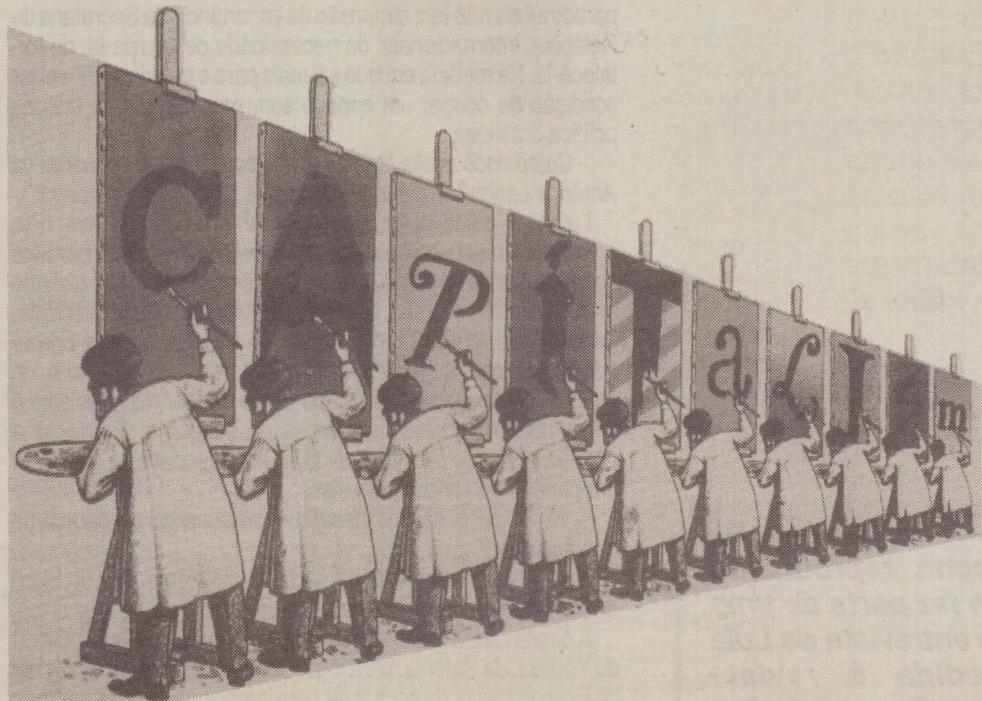
conquistas sociais tantas vezes anteriores à sua cristalização jurídica. O movimento operário, que supera as leis restritivas, obtém vitórias reais e pode forçar a legalização de novos direitos. Os Chicos Mendes das imensidões rurais, que ocupam terras e democratizam a posse nos poros da lei e não raro contra a justiça do capital territorializado. Os intelectuais revolucionários que denunciam a sociedade e o poder burguês esquecem que sem as multidões exploradas e oprimidas em marcha na luta política, qualquer disputa institucional, embora válida e necessária, mais lembrará um fantasma vagando pelas salas e corredores da Câmara Federal, sem vida, substância ou vigor, sem um vínculo racional e orgânico com a estratégia socialista, sem energia para sequer travar a guerra de posição, à mercê do inimigo que opera no seu terreno e impõe as suas regras.

Genoino e Tarso, ao tentarem justificar a falta de um ator tão importante em sua peça reformadora, só fazem colocá-lo em um papel secundário: "a pressão - de resto óbvia - da sociedade civil sobre o Congresso, para que esta reforma tenha um mínimo de viabilidade". Ora, o papel estratégico da luta de massas transcende a mera "pressão", isto é, há uma relação instrumental com as disputas institucionais. Antes de pensar na "viabilidade" da reforma é preciso considerar seu valor social e sua repercussão estratégica, o que recoloca os trabalhadores na cena política como sujeito de suas lutas e de sua própria emancipação, bem como as disputas parlamentares, cuja importância ninguém deve negar, como aspecto da luta de classes global. Eis "o que pode caracterizar o ingresso da vida de um partido" - desde que socialista e revolucionário - "numa etapa superior".

Contra-argumentar que "as demais reformas sem a reforma do Estado serão ineptas" é de um simplismo à toda prova. Pode-se dizer, também, que a "reforma do Estado" sem reformas na sociedade civil, serão ineptas. Ou que reformas, sejam na sociedade civil, sejam no Estado, jamais resolverão os problemas fundamentais dos trabalhadores sob o capitalismo e muito menos poderão servir de base para a transformação integral da sociedade. E mesmo que se as massas populares não se unirem, mobilizarem-se e se organizarem não existirão leis capazes de protegê-las até porque umas são descumpridas e outras lhes são hostis. Isto significa que os trabalhadores devam ser indiferentes às leis e à forma estatal? Absolutamente não. Quer dizer apenas que aos socialistas não cabe fazer apologia das instituições do Estado burguês.

Tais preocupações, notadamente no Brasil, dizem respeito menos à "democratização do Estado", do que à sua contestação. Talvez tenham, quem sabe, algo a ver com o tal "caldo de cultura da aventura esquerdista" de que falaram Genoino e Tarso em seu primeiro artigo. Talvez. Mas com certeza estão muito distantes da positividade que pretende subsumir a negatividade indispensável a toda e qualquer política revolucionária. □

Ronald de Oliveira Rocha é membro do Diretório Nacional do PT e dirigente do "Movimento por uma Tendência Marxista".



Sem as multidões exploradas e oprimidas em marcha, qualquer disputa institucional mais lembrará um fantasma vagando pelas salas e corredores da Câmara Federal, sem vida, substância ou vigor.

Antes de pensar na "viabilidade da reforma" é preciso considerar seu valor social e sua repercussão estratégica, o que recoloca os trabalhadores na cena política como sujeito de suas lutas e de sua própria emancipação.

IMPRESSO

"O PT derrubou o Muro em 1980"

Precisamos formular a nossa "utopia" socialista a partir de bases concretas, a partir do acúmulo de experiências de dez anos.

- Qual o papel internacional do PT? Nos últimos dois anos, principalmente, as iniciativas de política exterior do PT têm aumentado.

Lula - Eu sou suspeito para falar dessa questão, porque sou muito presunçoso: acho que o Partido dos Trabalhadores é a grande novidade política da década de oitenta no mundo inteiro. O sindicato polonês Solidariedade, antes dos desvios, no começo dos anos 80, também foi uma novidade política, mas não se compara ao PT. Às vezes eu brincava com um companheiro da Alemanha Oriental: "Se vocês quiserem, a gente pode mandar dois ou três quadros do PT para ensinar aos alemães orientais como criar um partido democrático." Porque é verdade: poucas vezes na história política de um país houve um partido com as características do PT. Um partido capaz de juntar tantos pensamentos diferentes, capaz de juntar comunistas com cristãos, os que defendem o modelo cubano com companheiros que defendem o modelo não sei de onde. Como o PT é, na verdade, um grande espaço público, ele acabou nos educando para a convivência democrática. Na Europa Ocidental, no Leste Europeu, há uma curiosidade enorme em conhecer o PT. Mas nós não sabemos trabalhar corretamente a nossa imagem no exterior. O PT deveria mandar regularmente informações sobre o partido para todo o mundo, a fim de que as pessoas acompanhassem mais de perto a nossa dinâmica. Por exemplo, o PT derrubou o Muro de Berlim em 1980, quando nasceu. Já naquela época a gente dizia claramente o seguinte: não é possível criar um partido que não permita o direito da organização sindical, o direito de greve, o pluralismo político, que não envolva a sociedade nas discussões. Esta posição credencia o PT para discutir os problemas da esquerda internacional. Apesar disso, tem uma atitude humilde demais diante de partidos de outros países. Talvez isso seja resquício do colonialismo... O fato de não sermos ligados a nenhuma Internacional é outra coisa importante. Manter relações com as forças democráticas de todos os continentes dá uma credibilidade muito grande. O partido ainda não tem dimensão da importância da Secretaria de Relações Internacionais, da necessidade de equipá-la, de fortalecê-la. Na medida em que sai mais para o mundo, o PT vai ter condição de ocupar um espaço sem precedentes na história política brasileira.

- Como você avalia hoje as várias correntes de esquerda na América Latina? Quem seriam nossos parceiros principais?

Lula - É difícil dizer, porque a América Latina tem hoje correntes muito heterogêneas. Existem cerca de treze partidos de esquerda na Argentina. Fica difícil estabelecer qual o aliado preferencial. Nós temos, por exemplo, uma relação privilegiada, fraterna, até, com a Frente Ampla do Uruguai, com a Frente Sandinista, com a Frente Farabundo Martí. Já na Argentina, no México, na Venezuela, nossa política é manter relações com o maior número possível de forças de esquerda. É unificar a esquerda, o movimento sindical latino-americano, e o PT tem um papel muito importante nisso.

- Hoje, quais são os desafios da esquerda no panorama internacional?

Lula - A esquerda está perplexa. Depois da queda do Muro de Berlim e da perestroika, ela está refletindo sobre seus erros.

A direita utiliza muito bem isso. Num momento ela se utilizou do Walesa, da Polônia, para jogar contra o socialismo. A atitude de Gorbachev pode ser a mais bem intencionada possível, mas é utilizada de forma banal.

Muitos demoraram a compreender que o povo queria mudanças efetivas. O socialismo se transformou numa coisa burocrática, rançosa, que não dava respostas à modernidade, à produtividade, às questões democráticas. Como a esquerda não soube propor as mudanças, a direita soube capitalizar e tirar proveito de mudanças que poderiam ter sido realizadas pela própria esquerda. No Brasil e na América Latina, o momento é grave. Porque muitos partidos políticos eram, na verdade, satélites das agremiações do Leste Europeu, do PC soviético. A esquerda deve aprender a lição de que é a massa que deve elaborar o seu projeto de socialismo; vai ter que aprender que não é possível criar um partido de vanguarda se a própria massa não se transformar em vanguarda.

- Você está contente com a vitória do Lech Walesa na Polônia?

Lula - É muito difícil ter uma opinião sem conhecer o quadro efetivo do contexto polonês. Eu não quero fazer um julgamento precipitado, porém é bem possível que o Walesa não tenha hoje a mesma posição de defesa das aspirações e conquistas da classe trabalhadora. É verdade que na Polônia não existia socialismo, e sim uma burocracia encastelada no poder, mas ficar propondo economia de mercado, ficar propondo a volta do capitalismo como solução para o problema da Polónia... Acho que o Walesa precisaria andar um pouco pelo mundo para conhecer não o capitalismo europeu, mas o da África, da Ásia, da América Latina - para ele perceber que o capitalismo não é a modernidade bonita da Europa, é a miséria que nós estamos vivendo aqui no Brasil. Eu só espero que tenha serenidade e maturidade suficientes para ajudar a melhorar a situação do povo polonês.

- Em 1991 vamos realizar o 1º Congresso do PT e um dos temas centrais do debate será a questão do socialismo e a estratégia para alcançá-lo. Fale um pouco sobre isso.

Lula - A minha opinião é que nesse congresso nós devemos ser muito mais pragmáticos do que fomos até agora, pois o PT tem a perspectiva de chegar ao governo em 1994. Ou seja, acho que precisamos formular essa "utopia" a partir de bases concretas, a partir do acúmulo de experiência de dez anos. É chegado o momento de as correntes pararem de tentar impor esta ou aquela visão de socialismo e pensarem como deve ser o socialismo do PT, um partido que governa cidades importantes, que tem chance de governar estados importantes, que pode ganhar a Presidência da República. O PT vai ter que deixar de só formular propostas para um futuro muito distante e apresentar soluções para o presente. É necessário envolver setores da sociedade que não estão no partido na discussão sobre o socialismo: o movimento sindical, o movimento popular. O congresso pode realizar essa tarefa e acho que vai ser um acontecimento extraordinário porque vai possibilitar ao partido a discussão mais ampla de temas importantes.

Nós não podemos pensar num projeto de socialismo apenas no abstrato. É preciso pensá-lo na conjuntura em que vivemos, no quadro político e cultural em que estamos inseridos. Senão nós vamos fazer somente uma proposta supérflua, quem sabe apenas mais uma coisa para ficar no papel. Como o PT está maduro e tem vontade de acertar, vamos apresentar e discutir com a maior profundidade possível a questão do socialismo. E esta proposta só vai sair correta se a gente envolver a sociedade nessa discussão. E fazer a sociedade compreender o que nós queremos. □

O trecho reproduzido acima faz parte de uma longa entrevista de Lula concedida à revista Teoria & Debate nº 13